



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

BAÍZA FAUSTINO SOARES

**A RIBEIRA E O SERTÃO:
REDES SOCIAIS E COMERCIAIS NO ARRALAL DE PIRANHAS
(CAPITANIA DA PARAHIBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)**

**Cajazeiras- PB
2013**

BAÍZA FAUSTINO SOARES

***A RIBEIRA E O SERTÃO: REDES SOCIAIS E COMERCIAIS NO ARRAIAL DE
PIRANHAS (CAPITANIA DA PARAHIBA DO NORTE, SÉCULO XVIII).***

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, para obtenção de nota para a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

**Cajazeiras-PB
2013**

S676r Soares, Baíza Faustino
A ribeira e o sertão: redes sociais e comerciais
no arraial de Piranhas (Capitania da Parahiba do
Norte, século XVIII). / Baíza Faustino Soares.
Cajazeiras, 2013.
89f. : il.

Orientador: Rodrigo Ceballos.
Monografia (Graduação) – UFCG/CFP

1. Paraíba do Norte – século XVIII. 2. Redes sociais e
comerciais – sertão paraibano. 3. Administração
colonial. I. Ceballos, Rodrigo II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 94(813.3)

BAÍZA FAUSTINO SOARES

***A RIBEIRA E O SERTÃO: REDES SOCIAIS E COMERCIAIS NO ARRAIAL DE
PIRANHAS (CAPITANIA DA PARAHIBA DO NORTE, SÉCULO XVIII).***

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, para obtenção de nota para a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”.

Cajazeiras, 23 de setembro de 2013.

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos (orientador)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a. Ms. Viviane Gomes de Ceballos
Universidade Federal de Campina Grande (membro)

Prof. Ms. Isamarç Gonçalves Lôbo
Universidade Federal de Campina Grande (membro)

Prof^a. Dr^a. Rosemere Olimpio de Santana
Universidade Federal de Campina Grande (suplente)

Prof^a. Dr^a. Ana Rita Uhle
Universidade Federal de Campina Grande (suplente)

Para José Minervino Soares (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

É muito gratificante chegar ao final de um trabalho e poder agradecer a todas as pessoas que me incentivaram e auxiliaram na concretização desse objetivo pelo qual tanto me esforcei.

Agradeço a Deus, minha fé sempre me guia, eu consigo porque acredito.

Aos meus pais, Batista e Maria, e irmãos, Batéria e João Júnior, pelo amor, atenção e apoio. Muito obrigada pelo grande incentivo e motivação que vocês meus queridos sempre me deram. Farei o possível para continuar lhes deixando orgulhosos de meus resultados acadêmicos.

Aos meus professores que me acompanharam ao longo da graduação, cada um da sua maneira tiveram importância na minha formação, com vocês aprendi muitas lições que me acompanham sempre, por cada crítica, elogio e incentivo muito obrigada.

Aos amigos e futuros historiadores que encontrei, são tantos que peço desculpas por não citar todos, pela amizade e incentivo eu vós agradeço.

A Eloíza, Maria, Kelly, Júnior e Danilo, pessoas muito especiais para mim. Nós fomos durante esses cinco anos de graduação protagonistas de grandes histórias, com vocês vivi os melhores momentos, foram inúmeras alegrias e diversões. A amizade, o carinho, o respeito, a compreensão e o apoio são as bases de nossa união. Como costumamos dizer: nossa amizade é para a vida inteira. A vocês meus amigos eu só tenho a agradecer.

Ao meu professor Dr. Rodrigo Ceballos, meu orientador, por me apresentar ao universo da pesquisa acadêmica, por todos os conselhos, dicas, observações, pela atenção na minha formação, e pelo grande incentivo na continuação dos meus estudos acadêmicos, por tudo, os meus muitos agradecimentos.

Ao PIBIC/CNPQ/UFCG pela oportunidade de ser aluna da Iniciação Científica.

Enfim a cada pessoa que acreditou, incentivou e ajudou na realização deste trabalho, os meus mais sinceros agradecimentos!

Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação. (MARC BLOCH, 2001, p. 43)

RESUMO

Esta análise aborda a dinâmica social dos sertões na Capitania da Parahiba do Norte, por meio do processo da conquista do seu interior e o gradativo processo de povoação ao longo do século XVIII. Apresentamos a historiografia paraibana produzida sob um viés metódico do começo do século XX e as novas pesquisas sobre o tema, desenvolvidos recentemente por pós-graduandos. Ao falar do sertão devemos analisar também os seus agentes produtores, a sociedade que se formou e como essa se apropriou desse espaço físico para atender as suas necessidades, isto é, as teias comerciais e sociais enredadas em si e com outras regiões. O interior da Capitania não era um lugar isolado, ele estava envolvido em uma rede comercial e social através da qual mantinha contato com outros centros. Isso se mostra nos confrontos e disputas pelo sertão e a busca do Estado em impor seu poder por meio do corpo de ordenanças. Objetiva-se, por meio de fontes cartoriais, analisar relações parentais estabelecidas na jurisdição da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (atual cidade de Pombal), na Capitania da Parahiba do Norte, para demonstrar a importância das redes familiares e comerciais como mecanismos cristalizadores de uma organização política local e de manutenção de espaços de poder. A pena do tabelião nos deixou uma considerável quantidade de documentação que nos possibilita aprofundar o estudo acerca da interação social que envolveu uma sociedade em plena formação e que buscava consolidar uma política de privilégios em um novo espaço de conquista.

Palavras-Chave: Parahiba do Norte, Administração Colonial, Sertões, Redes Sociais e Comerciais.

ABSTRACT

This analysis covers the history of the formation the paths of in the hinterlands of the Captaincy Parahiba North, through the dynamics of the conquest of the interior and the gradual process of settlement throughout the 18th Century. We present the local historiography produced by early 20th Century historians and the new researches about this topic, recently developed by university students. About the hinterland we must also analyze their producing agents, the society that was made and how it has appropriated this space to cater their needs, in other words, commercial and social webs ensnared in itself and with other regions. The inside of the captaincy was not an isolated place, it was involved in a commercial and social networks maintained contacts with other centers. It shows in the confrontations and disputes the hinterland and the search of the State on imposing its power by means of body of ordinances. The aim of this work is, by notary fonts, to analyze parental relations established in the jurisdiction of the Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (current city of Pombal), the Captaincy of Parahiba North, to demonstrate the importance of family networks and commercial networks mechanisms crystallizers of a local political organization and maintenance of places of power. The notary's pen has left us a considerable amount of documentation that allows us to improve the study of social interaction and the possibility to seek the consolidation of a political of privileges in a new space of conquest.

Keywords: Parahiba North, Colonial Administration, Hinterlands, Social and Commercial Networks.

Lista de Siglas/Abreviaturas

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

RIHGP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Cap^a – Capitão

Ten^{te} – Tenente

C^{el} – Coronel

m^{er} – Mulher

Lista de Mapas

Mapa 01	– O Sertão dos <i>Tapuias</i>	38
Mapa 02	– Arraiais durante a Guerra dos Bárbaros	44
Mapa 03	– Principais rios do Sertão de Piranhas e Piancó	49
Mapa 04	– Jurisdição da Povoação do Piancó e Piranhas e rotas da conquista seguidas por Oliveira Ledo	51
Mapa 05	– Delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 01	
O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO NA CRIAÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA	18
1.1 A História colonial da Paraíba nas entrelinhas do Instituto paraibano	18
1.2 O IHGP: a criação de um modelo para a História do Sertão	23
1.3 Wilson Seixas e o Velho Arraial de Piranhas: a cristalização de um saber ..	27
 CAPÍTULO 02	
AS VEREDAS DOS SERTÕES: A TERRA, O HOMEM E O GADO	32
2.1 Entre o formal e o informal: o (des)mando na administração colonial	32
2.2 As representações imagéticas dos sertões: o espaço interiorano	37
2.3 O “selvagem” dos sertões: o medo Tapuia	40
2.4 A conquista da terra: a ribeira, as sesmarias e o gado	43
 CAPÍTULO 03	
OS PRINCIPAIS DA TERRA: ARRANJOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DO PIANCÓ	57
3.1 A nobreza da terra nas conquista do Ultramar: uma discussão historiográfica	57
3.2 As relações de sociabilidade inseridas nas teias econômicas nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte	63
3.2.1 As idas e vindas no trato do gado: as veredas dos sertões	63
3.2.2 O direito sobre a terra: usos e abusos no trato com as terras nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte	69

3.3 Por uma “Doação de Esmola”: A herança paterna do Alferes Thomas Denis da Penha	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

A finalidade desta pesquisa é promover uma investigação histórica sobre as vivências dos homens e mulheres que se estabeleceram ao longo do século XVIII na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (Pombal) e a dinâmica econômica e de sociabilidade estabelecidas entre os conquistadores do Oeste da Capitania da Parahiba do Norte, bem como o estudo da formação de redes supralocais capazes de interligar esta região de conquista com outras capitanias.

No início do Seiscentos a Capitania da Parahiba passava por um período conturbado devido à invasão holandesa (1634-1645) nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil (atuais estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco). Para consolidar a conquista na região da Paraíba, os holandeses buscaram manter suas defesas e ganhar a simpatia dos habitantes locais. No entanto, percebendo que a derrota holandesa estava próxima e o desejo de não se deixar dominar-se pelo inimigo, alguns arrendatários abandonaram suas terras e arruinaram seus engenhos queimando os canaviais. Durante esse período a estrutura produtiva da capitania ficou arrasada, inaugurando um período de crise que atingiu seu auge em 1756 com a anexação da Paraíba a Pernambuco. A guerra contra os holandeses deixou grandes feridas econômicas. A capitania enfrentava dificuldades para se recuperar desse episódio. Devido à política pombalina de conter gastos e concentrar recursos, a Coroa determinou a anexação a Pernambuco. A situação da Paraíba a partir daí agravou-se cada vez mais por causa da criação da Companhia de comércio de Pernambuco e da Paraíba em 1759 que tinha por objetivo explorar de forma coerente as riquezas dessas regiões.

É neste contexto histórico que enquanto uns refaziam seus engenhos no litoral, outros optaram pela pecuária no interior, levando o gado para os sertões. Os desbravadores com frequência recorriam ao Estado para legitimar os espaços que adentravam, utilizando para isso os pedidos de sesmarias. Alegando ter prestado serviços a Coroa, apelavam ao governo português e por meio de seus argumentos tentavam induzi-lo a conceder-lhes benefícios. No entanto, estes homens que se aventuravam nos conflitos com os índios bravos do interior, mesmo tendo seu poder legitimado pela Coroa, não eram totalmente submetidos a ela. Por meio de subterfúgios esses homens que diziam terem prestado seus serviços ao rei manipulavam em seu benefício o sistema de sesmarias que procuraremos aqui analisar.

A história da Paraíba colonial tem se mostrado um tema de destaque em pesquisas historiográficas. Neste sentido, este trabalho visa propiciar um novo viés de entendimento acerca dos sertões paraibano. Devem-se considerar as disputas e vivências nesse espaço que estava em permanente transformação, pois a mobilidade da população na América portuguesa era bastante relevante. Na maioria dos casos os homens iam para o interior com o intuito de conseguir títulos e requerer terras. Os conquistadores obtiveram benesses em troca de seus serviços prestados na guerra contra o gentio. Como de costume, no Antigo Regime o monarca ou os governadores das capitanias concediam aos conquistadores de merecimento e que houvessem prestado seus serviços a Coroa regiões despovoadas e desconhecidas para que nelas instalassem a agricultura e criassem seu gado. Também era comum a concessão de títulos militares como os de Sargento mor e Capitão mor.

O tema da colonização dos sertões não é inédito entre os estudiosos da Paraíba. A obra de Wilson Seixas, em *O velho Arraial de Piranhas* (2004) é centrada no papel do conquistador Teodósio de Oliveira Ledo, principal responsável pelo povoamento sertanejo. Ao analisar a ação de Teodósio Ledo, Seixas rebate a análise de Irineu Joffily (SEIXAS, 2004) que afirmava ser o apresamento dos índios o principal objetivo de Teodósio Ledo. Segundo Seixas, a entrada de Teodósio Ledo tinha por desígnio o povoamento e colonização do sertão. A obra de Wilson Seixas é voltada para uma historiografia metódica, que valoriza as ações dos grandes homens e eventos através de uma rigorosa análise, ou seja, de estudar as fontes primárias observando as ligações entre elas para, assim, narrar os fatos tal qual teriam acontecido.

Seixas (2004) trabalhou a questão da conquista do sertão paraibano por um viés de uma historiografia clássica. Seu trabalho deixou grandes contribuições e sugestões de análise que serão aqui readaptadas e trabalhadas por meio da História Social. Seixas apresenta-nos que mesmo sem a presença de uma Câmara Municipal, a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso possuía certa autonomia em relação à administração do governo da capitania.

Partimos do pressuposto que os sertões mantiveram uma certa autonomia em relação ao seu centro político. De qualquer forma, esta tese não deve ser levada ao seu extremo, pois esta autonomia exercida pela população local era feita a partir das estratégias montadas para se adaptarem a uma administração criada pela Coroa.

Entretanto essa readaptação das leis era em muitos casos aceita pela própria Coroa, pois as leis pensadas na metrópole não se adequavam perfeitamente a realidade da colônia e às necessidades locais. Portanto isso nos leva a refletir se os sertões estavam mesmo tão isolados da administração real.

Utilizando o conceito de “bando”, trabalhado por João Fragoso (2001) além dos trabalhos de Bicalho e Hespanha em *Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa* (2001), e nas *Tramas da rede* (2010) buscaremos identificar a maneira como as famílias sertanejas dominaram o sistema de benesses, formando assim a primeira elite local baseada numa política de privilégios. A família era considerada como uma unidade institucional e social, mantida por laços de sangue e de casamentos. A participação de particulares e o financiamento da Coroa na conquista e povoamento dos sertões da Capitania da Parahiba propiciou um sistema de ganho obtido por meio das sesmarias que favorecia o fortalecimento do domínio do poder local através da existência de fortes laços entre as elites locais e os representantes reais.

Segundo Bicalho (2005), para se resgatar as elites coloniais como objeto de estudo é preciso reavaliar o sentido da colonização na época Moderna. Deve-se levar em consideração a complexidade das relações entre poder central e poder local. Este se constituiu a partir do movimento de conquista, da ascensão a postos administrativos, da obtenção de terras e mercês, uma elite que de acordo com o recorte historiográfico pode ser entendida como elite colonial ou elite imperial. A autora estuda o conceito de nobreza da terra na definição das elites coloniais numa sociedade que além de seu sentido comercial e de suas relações escravistas se organizou em valores e práticas do Antigo Regime.

Por meio do estudo de Stuart Schwartz (*apud* FRAGOSO, 2001) sobre a Relação da Bahia, Fragoso nos mostra que eram fortes as solidariedades entre seus desembargadores e as elites coloniais, como os senhores de engenho. No julgamento de questões estratégicas, os juízes consideravam antes de tudo os interesses dos poderosos locais. Pode-se concluir que esses órgãos podiam funcionar como fatores de *periferização* da política colonial.

No século XVIII já pode ser observada a luta pela terra, primeiro dos desbravadores com o gentio, e depois entre os colonos que se fixaram nos sertões da Paraíba. Mesmo com sede na Capitania da Bahia de Todos os Santos, a Casa da Torre

sempre esteve presente nos sertões paraibano por meio de seus procuradores. Isso se mostra presente na documentação encontrada no Cartório I Ofício João Queiroga na atual cidade de Pombal (PB). Além da Bahia, podem ser encontrados na documentação procuradores das Capitanias de Pernambuco, Siará, Rio Grande e até mesmo de Lisboa. Podemos observar que pessoas de outros estados mantinham negócios na Povoação do Bom Sucesso do Piancó, representadas por seus procuradores que tinham pleno e geral poder para administrarem seus bens.

O presente trabalho surgiu quando ingressei como bolsista de Iniciação Científica no projeto PIBIC: “PROCURAÇÕES, LIBELOS, ESCRIVÃES E NOBRES DA TERRA: a dinâmica da administração no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahiba do Norte (1725-1750)” e “Entre penas, papéis e escriturários: digitalização, transcrição e estudo do espaço da conquista do Sertão do Piancó e das Piranhas, Capitania da Parahiba do Norte (século XVIII)” durante duas vigências consecutivas, ambos coordenados pelo prof. Dr. Rodrigo Ceballos e financiado pelo PIBIC/UFCG/CNPq. A participação no projeto de pesquisa facilitou o acesso às fontes oferecendo possibilidades para a elaboração da monografia.

Esta análise histórica tem como base principal fontes cartoriais, nas quais podem ser encontradas doações ou compra e venda de terras, de gado, procurações, dotes, cartas de alforria e liberdade que proporcionam um melhor entendimento sobre a sociedade sertaneja da Capitania da Parahiba do Norte no século XVIII. Esses documentos revelam as dinâmicas comercial e social no interior do Brasil colonial, mais especificamente na Ribeira do Rio Piancó, localizada nos sertões da Capitania da Parahiba, onde habitaram sesmeiros lusitanos que durante o século XVIII viveram intensas experiências. Por meio da análise de Livros de Notas levantadas no Cartório de I Ofício Cel. João Queiroga (Pombal-PB), podemos perceber as relações que se estabeleceram na sociedade que se formava nos sertões da Capitania da Parahiba.

Apesar de estarmos trabalhando com uma considerável quantidade de documentos cartoriais, esta análise trata de uma pesquisa qualitativa. Os “Livros de Notas” contêm uma ampla massa documental que foi produzida com a intenção de regularizar perante a lei as vontades de seus outorgantes. Dentre este grande número de documentos foram utilizados aqueles que se sobrepuseram pela sua especificidade em relação à conquista e administração dos sertões da Paraíba.

Deste universo, os cinco primeiros referentes à primeira metade do século XVIII, além do último livro deste mesmo século foram transcritos durante as vigências do projeto e disponibilizados na forma de CD-ROM e num sítio eletrônico que tem por endereço: <<http://sertaocoloniapb.com.br.s3-website-sa-east-1.amazonaws.com/>>.

Além disso, para uma melhor compreensão da historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é preciso analisar as produções de seus membros. Aqui serão analisados alguns membros do Instituto paraibano que contribuirão para a produção historiográfica da Paraíba e tornaram-se referências no estudo da conquista e ocupação dos sertões da Capitania da Parahiba do Norte. Os membros do IHGP contemplados neste trabalho são Wilson da Nóbrega Seixas (2004) em *O velho Arraial de Piranhas (Pombal)* por ter sido o único que tratou exclusivamente sobre o sertão. Horácio de Almeida (1978) em *História da Paraíba*, em seu trabalho há uma pequena parte que trata sobre a conquista do sertão. José Octavio de Arruda Mello (1995) em *História da Paraíba: lutas e resistência*, seu trabalho aborda duas vias de penetração para os sertões da Paraíba. E por fim, mas não menos importante, João de Lyra Tavares (1982) em *Apontamentos para a História territorial da Parahiba*, o autor faz uma ampla análise de como funcionava a legislação das sesmarias¹.

Esta análise historiográfica buscará interpretar o contexto histórico em que se encontravam inseridos esses autores que se consagraram como os pioneiros na escrita sobre a história da Paraíba colonial. Além de identificar as características principais da narrativa destes autores, sempre considerando o *lugar social*, e observando o autor como uma escrita influenciada por um determinado espaço e contexto. Ao mesmo tempo, iremos apresentar uma nova produção historiográfica acerca das relações coloniais que se estabeleceram nos sertões do Nordeste. Obras como a de Christiane Finizola Sarmento: *Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800* (2007), José Eudes Gomes: *As milícias d'Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista* (2009), Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes: *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)* (2006) Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes: *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas (1700-1750)* (2011).

¹ Anos da primeira edição dos textos citados: João de Lyra Tavares (1909), Horácio de Almeida (1966), José Octávio de Arruda Mello (1994), Wilson da Nóbrega Seixas (1962).

No capítulo I identificaremos os interesses e as particularidades que possibilitam e constituem a construção histórica sobre história da Paraíba colonial, levando em conta o *lugar social* e o contexto histórico desses autores. A análise se dará em dois vieses. A primeira irá dedicar-se ao momento de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; o segundo analisará a produção historiográfica realizada por autores vinculados ao IHGP.

O capítulo II apresenta o funcionamento da administração colonial portuguesa para promover um melhor entendimento no processo de conquista dos sertões, espaço até então dito como desconhecido. Também analisaremos o controle político e administrativo imposto pela Coroa portuguesa sobre os sertões, dando ênfase ao sistema de sesmarias por meio do qual se favorecia o fortalecimento do domínio do poder local. Além de ressaltar o momento histórico da construção do Arraial de Piranhas buscando compreender o papel do povoado de Piancó no processo de conquista do interior.

Por fim, no capítulo III apresentamos a lenta formação do povoado de Pombal que foi palco tanto das ações do governo português como de particulares que viam o sertão como o lugar da “possibilidade”. Buscamos analisar o trato do gado e o manejo das terras pelas famílias sertanejas, para uma melhor compreensão de como nesta sociedade sertaneja poderiam estabelecer-se alianças familiares e de compadrio para obtenção/manutenção de vantagens locais.

Neste sentido, esta análise busca realizar uma abordagem sobre a História Regional a fim de ampliar as pesquisas em história sobre a temática do Alto Sertão paraibano no período colonial. Enfatizamos a necessidade de pesquisarmos espaços e contextos que ficam esquecidos, sendo valorizados somente aspectos históricos nacionais ou temas já consagrados. Ao apresentar a temática regional, estamos salientando a necessidade de ampliarmos os objetos de estudos para avaliarmos melhor a história do país, valorizando as suas peculiaridades e em particular a dinâmica de conquista dos sertões das Capitânicas do Norte.

CAPÍTULO 01

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO NA CRIAÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA

Foi através das pesquisas e do estudo que compreendi que é impossível entender a Historiografia Paraibana sem conhecer, interpretar, o IHGP nos seus anos iniciais. (MARGARIDA DIAS, 2003, p. 2)

Este primeiro capítulo visa identificar os interesses e as particularidades que possibilitam e constituem a construção histórica levando em conta o *lugar social* e o contexto histórico de autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano que se dedicaram a escrever sobre a história colonial da Paraíba. Esta análise irá dedicar-se à história produzida no IHGP, a fim de discutir a forma pela qual eram produzidas obras por autores que mesmo não possuindo formação em História pelos parâmetros atuais vigentes nas academias, mas que se consagraram como os pioneiros na escrita de uma historiografia paraibana que reinou até aproximadamente meados do século XXI, para tanto será utilizado informações provenientes do IHGP disponível em <<http://www.ihgp.net/index.html>>.

Não basta identificar esses autores e apontar suas respectivas formações é preciso analisar as características principais na narrativa destes autores, sempre considerado o *lugar social*, e observando o autor como um ser influenciado e inserido num determinado espaço, no caso o IHGP.

1.1 A HISTÓRIA COLONIAL DA PARAÍBA NAS ENTRELINHAS DO INSTITUTO PARAIBANO

A partir de sua criação na segunda metade do século XIX, os Institutos Históricos se tornaram os pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica nacional e local, além de classificações geográficas e em estudos etnográficos e linguísticos. Essas instituições surgiram no momento que a História¹ reivindicava um status de ciência foram responsáveis pela produção de um saber que na época de sua

¹ É a partir do século XIX que a disciplina de História ganha espaço e o *status* de ciência nas academias. Brasileiras. Neste contexto, o historiador antes considerado “homem de letras”, legitima-se com o estatuto de pesquisador e atua em pé de igualdade com seus pares na produção científica (GUIMARÃES, 1988).

formação almejavam “a construção da ideia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil” (CALLARI, 2001, p. 60). Vale ressaltar que os indivíduos que se propuseram para tal proeza não detinham uma formação destinada para o historiador conforme os parâmetros atuais vigentes. Em sua maioria eram membros da elite e possuíam altos cargos na burocracia estatal e políticos de renome. Ou seja, os membros dos Institutos Históricos que passaram a escrever a história da nação brasileira estavam diretamente ligados à elite brasileira. Portanto, a história que era produzida nessas instituições era a história de uma elite e as minorias não faziam parte desse lugar de produção de memória. “O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista” (GUIMARÃES, 1988, p. 5).

Advém daí a suspeita que paira sobre os institutos, uma vez que a elite – produtora do saber nacional – se encontrava comprometida com a ordem imperial que representava o Brasil, já que devemos considerar que o lugar em que o discurso historiográfico é produzido está diretamente ligado à maneira pela qual a história é construída, bem como à maneira como a historiografia produz um fato social (GUIMARÃES, 1988).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838. Esta instituição passou a pensar a história na nação brasileira – o seu Império dos Bragança – de forma sistematizada. Tinha por objetivo definir uma história nacional que fosse capaz de “garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Quando se define a nação brasileira como a representante da civilização ocidental no Novo Mundo, também se está definindo os agentes que internamente ficarão excluídos – nativos e africanos – dessa ideia, uma vez que não eram os detentores de uma civilização europeia. O conceito de nação, portanto, se encontra restrito aos europeus e sua história. Produzida dentro da academia de letrados, a nação brasileira irá possuir um forte caráter excludente, pois quando a define também constrói, reproduz e reforça a imagem do outro.

De acordo com Guimarães (1988), dentre os principais trabalhos a serem realizados pelo IHGB se destacam: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. O IHGB terá bastante influência do modelo francês². O IHGB dependia financeiramente do Estado, que disponibilizava verbas para as viagens, pesquisas e coletas de material em arquivos nacionais e estrangeiros.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi durante muito tempo a única instituição da produção do saber histórico, uma vez que a

Instituição localizada no Rio de Janeiro, sede na corte e portanto credenciada a representar toda a nação, reuniu em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época, aglutinando membros locais – sócios efetivos – e de outras partes do País e do mundo – sócios correspondentes (CALLARI, 2001, p. 60).

A partir de 1862, as elites locais nas províncias passaram a sentir a necessidade da criação de uma história regional. Nesse momento o IHGB perde sua hegemonia, com a criação dos institutos históricos locais. A primeira província a criar seu próprio instituto foi Pernambuco, com o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambuco (IAGP), neste mesmo ano. Com ele teve início uma reação em cadeia e outras províncias também passaram a criar seus próprios institutos históricos.

Os institutos locais passaram a seguir o modelo proposto pelo IHGB, contudo tinham por objetivo enaltecer os aspectos da história local, a fim de mostrar a importância da região na construção da história nacional brasileira. Os padrões ditados pelo IHGB passam a servir de norte na produção da historiografia dentro dos institutos locais, que foram criados para instituir uma história local que estivesse diretamente ligado a uma nacionalidade brasileira. Sendo assim a história local só ganhava notoriedade se esta fosse conectada a um bem maior: a história do Brasil.

² No século XVII as academias literárias e científicas provinciais francesas “articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris”. Esse modelo será seguido pelo Brasil, no qual teria o Rio de Janeiro como ponto central, a partir da capital da República as luzes (saber) precisariam alcançar as províncias, conectando-as ao projeto de centralização do Estado e estabelecendo “os suportes necessários para a construção da Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

É dentro deste contexto que em 1905, cerca de sessenta e sete anos depois da fundação do IHGB, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano³. A tardia criação do IHGP deve-se ao fato que os institutos locais tinham por finalidade criar uma história regional que culminasse em uma história nacional. O Instituto paraibano é fundado quando o Brasil já se encontra sob o Regime Republicano. Neste período específico a Paraíba passa a brilhar no âmbito da história nacional, uma vez que teve sua parcela na consolidação da República. A fundação do IHGP é de extrema importância, pois será através dos periódicos lançados pelo instituto que essa imagem paraibana irá se consolidar.

A tentativa de vincular a Paraíba na história nacional pode ser notada já no resumo que João Pereira de Castro e Pinto⁴ fez do texto referente à conferência de abertura do IHGP em 1905. Um dos primeiros problemas a ser citado foi o fato que a Paraíba não tem sua história colonial, salvo que ela esteja vinculada a de Pernambuco⁵.

A Parahyba na America Portugueza, tendo a sua chronica propriamente dita, para um volume, separadamente, na Chronica Geral da colonia, não tem a sua historia, no sentido estricto do termo, fóra da Historia de Pernambuco durante o longo periodo de que decorre do povoamento á Independencia (RIHGP, 1909, p. 21).

Era preciso desprender a história da Paraíba da história de Pernambuco, essa separação tornou-se um dos objetivos propagados pelo discurso produzido dentro do IHGP. Na perspectiva de desligar a história paraibana da história do estado vizinho, Pernambuco, deu-se início a uma busca pela *paraibanidade* por meio, principalmente, das especificidades da história local.

A base da historiografia sistematizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como idéia central a existência de um tipo

³Alguns dos membros fundadores do IHGP: Irineu Ferreira Pinto, João de Lyra Tavares, Maximiano Lopes Machado.

⁴Orador oficial do IHGP em 1905 (RIHGP, 1909).

⁵A capitania da Parahiba permaneceu anexada oficialmente à capitania de Pernambuco por 44 anos no período que segue de 1755 a 1799. A anexação ocorreu pelo fato da Capitania da Parahiba passar por um período de crise, devido principalmente as invasões holandesas (1634-1654), que deixou devastada a produção açucareira nas Capitânicas do Norte. Com a anexação à capitania paraibana perdeu sua autonomia política e econômica.

específico de ser humano que se define por ser paraibano, algo que chamamos [...] de **paraibanidade**. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo o pensamento criado pelo Instituto Histórico (DIAS, 2003, p. 3).

De acordo com Dias (2003) essa *paraibanidade* pode ser entendida como sendo a identidade paraibana, criado pelo discurso historiográfico produzido pelo IHGP. Tal conceito tinha por perspectiva distinguir a personalidade do paraibano, formada por características e valores específicos proporcionados pelo processo histórico pelo qual o estado percorreu. Portanto, ficou a cargo do IHGP traçar essa trajetória, bem como a consolidação de uma *paraibanidade*.

Com o advento da república inicia-se o projeto que pretendia criar uma nova história para a nova realidade histórica e política do Brasil. Apoiados nos ideais de Civilização e Progresso, essa nova história é criada nos moldes da doutrina positivista, muito influente nos ideólogos republicanos. Buscavam-se novos heróis e novas explicações que legitimassem o regime republicano (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

No IHGP irá reinar a história do período republicano e uma história da colonização será deixada de lado, uma vez que não interessava reafirmar um período em que a história da Paraíba se encontrava inserida na de Pernambuco. Não estamos dizendo aqui que não existiu uma história colonial da Paraíba produzida pelo IHGP, alguns autores vinculados ao Instituto paraibano produziram sobre essa temática. Contudo esse período específico da história da Paraíba não recebeu a devida atenção, pois como já fora dito abordar o período colonial nas produções historiográficas era lembrar um passado vergonhoso, no qual a Paraíba era submissa a Pernambuco. Por esta razão a República terá mais notoriedade dentre do IHGP. A República terá o seu momento nos periódicos⁶ lançados pelo Instituto Paraibano, pois nesse momento específico da história do Brasil o estado paraibano deu uma importante contribuição para a consolidação do novo regime, e é exatamente isso que será explorado nas revistas do IHGP, um momento em que a Paraíba se torna produtora de sua própria história.

⁶ O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é fundado em 1905, contudo foi apenas em 1909 que lançou-se a primeira revista do IHGP. (DIAS, 2003)

1.2 O IHGP: A CRIAÇÃO DE UM MODELO PARA A HISTÓRIA DO SERTÃO

Para uma melhor compreensão da historiografia produzida pelo IHGP é preciso voltar o olhar para os seus membros. Aqui serão analisados alguns membros do Instituto paraibano que contribuirão para a produção historiográfica da Paraíba e tornaram-se referências no estudo da conquista e ocupação dos sertões da Capitania da Parahiba do Norte. Os membros do IHGP contemplados neste trabalho são João de Lyra Tavares (1982), Horácio de Almeida (1966), José Octávio de Arruda Mello (1995), Wilson da Nóbrega Seixas (2004).

Os trabalhos realizados por tais indivíduos carecem de ser entendidos como um produto, que foi produzido em um determinado tempo histórico, por um determinado sujeito que seguia uma tradição historiográfica vigente neste período. E como tal deve ser analisado partindo-se das seguintes indagações: Quando escreveu? Quem escreveu? E como escreveu? Certeau (2008) discute a escrita da história como uma prática. Não há como construir uma narrativa histórica sem considerar o lugar, procedimentos e a escrita. Tais aspectos não se explicam por si só, pois entre eles existe uma ligação, buscaremos apresentar autores vinculados ao instituto que criaram uma história colonial da Paraíba, sujeitos que seguiam um modelo metódico vigente na época, indivíduos que possuíam sua própria carga ideológica. Procuraremos apresentar estes elos de conexões entre estes autores, sua produção e um determinado tempo histórico.

O **tempo histórico** em que um certo evento aconteceu pode gerar várias características que esses fatos assumiram ao longo da história, como bem se sabe o homem é produto de seu tempo, como afirma Marc Bloch (2001), as regras vigentes a historiografia em um determinado recorte temporal podem nos ajudar a compreender e identificar possíveis causas que levaram a determinados acontecimentos históricos e não para por aí, as ideologias, as condições econômicas, políticas, culturais, o dinamismo comercial, as estruturas do aparelho governamental, as relações de sociabilidade assim como suas representações são rastros/indícios que ajudam a História a conhecer e entender o passado, por assim dizer, entender melhor o tempo histórico e os fatos sociais.

Não é de se surpreender com o fato de que as formas de escrever a História também passem por essa realidade. Também o autor, como qualquer homem/mulher é

produto de seu tempo, e por isso as influências de um dado contexto estarão presentes em seus livros. Certamente, isso ocorreu com os pesquisadores vinculados ao IHGP. O tempo determina os tipos de escrita possíveis e cabíveis para a História de um determinado tempo. A abrangência de uma corrente historiográfica tradicionalista e metódica, dita “positivista”, delinearam os caminhos corretos a seguir para a construção da escrita da História ao longo do século XIX e inícios do século XX.

A história para os positivistas é uma ciência que estuda os grandes eventos, os heróis nacionais, representantes de um “povo” resultante do desejo das elites e dos políticos. Preocupavam-se em estudar objetivamente os grandes eventos através de um rigoroso método de análise, ou seja, estudar as fontes primárias e ditas oficiais observando as ligações entre elas, para contar através de uma narrativa verídica os acontecimentos essenciais tal como eles ocorreram.

Um dos membros fundadores do IHGP em 1905, jornalista e político João de Lyra Tavares (1982) em seu trabalho *Apontamentos para a História territorial da Parahiba* faz uma ampla análise de como funcionava a legislação das sesmarias. Demonstra a grande importância do Rei e quais eram as obrigações de donatários e sesmeiros. Seu texto é repleto de termos jurídicos, leis e datas. Para explicar o sistema de doação de sesmarias, Tavares julga necessário voltar à época do descobrimento do Brasil, pois é nessa época que se acirram as disputas territoriais entre Espanha e Portugal.

O sistema sesmeiro precede o estabelecimento das Capitânicas Hereditárias na América portuguesa. “Sesmarias chamava-se às terras que seus donos não aproveitavam para cultura e o Estado distribuía por aqueles que pudessem, quisessem ou soubessem cultivá-las” (TAVARES, 1982, p. 11). A prática de doar sesmarias já se apresentava no reino português, mas nos domínios ultramarinos este sistema acontecia de uma maneira diferenciada. Na América portuguesa esse sistema de sesmaria vai ser manipulado pelos sesmeiros, que para conseguirem a posse da terra se aventuraram nas guerras contra o índio bravo. Usando como pretexto nos seus pedidos de terras o fato que arriscaram suas vidas em nome d’el Rei, formando um sistema que envolvia os principais da terra em um esquema que beneficiava as famílias que aprendiam a manipular as doações de sesmaria.

Questões como: Quem eram essas famílias que manipulavam o sistema de sesmarias? Ou quais os mecanismos utilizados pelos principais da terra para beneficiarem seu grupo? São indagações que não se apresentam na obra de Tavares, pois “o capitão-môr não era mais do que um representante do rei, obediente às leis da metropole” (TAVARES, 1982, p. 11). São comuns os autores da escola metódica apenas voltarem seus olhos para o lugar do poder, sendo a Coroa o centro da autoridade, não haveria o porquê questionar a lealdade dos súditos. Essa visão elitista deixava de lado o fato de que os sesmeiros também participavam do sistema de doações de terras e que em muitos casos estes sujeitos sabiam perfeitamente os mecanismos de se inserirem nas escolhas do rei.

Por tratar de uma obra sobre legislação, Tavares (1982) explica o funcionamento do sistema de sesmarias. Para tanto se volta para o funcionamento deste sistema desde o período romano, no reino português e no Brasil, pois para entender como estabeleceu a prática de doar sesmaria era preciso voltar para suas origens. Toda essa análise envolvendo esta imensa temporalidade é produzida em poucas linhas que nos deixam muitas lacunas.

A corrente historiográfica a qual os membros do IHGP pertenciam difundia a ideia de que havia um método para a escrita histórica. Assim o autor deveria considerar alguns aspectos ao escrevê-los, tal como a fidelidade aos documentos e não fazer problematizações dos fatos, pois os documentos falam por si só. Essas características são perceptíveis na obra de Tavares (1982), Almeida (1978), José Mello (1995) e Seixas (2004) nas quais as ideias apresentadas não proporcionam maiores problematizações, mas grandes sínteses didáticas e informativas para o leitor.

A História da Paraíba, assim como a História dos municípios paraibanos foram escritas segundo o método vigente que, como vimos, pretendiam estabelecer a existência de uma História Total, os mecanismos para se contar essa História determinavam uma historiografia que glorificava heróis, desconsiderava as micro-histórias, dessa forma privilegiando os macros eventos e criando uma escrita da História que reproduzia os espaços de poder.

Desde a primeira edição do seu livro em 1909, João de Lyra Tavares prestou um importante trabalho para todos os pesquisadores que se dedicaram ao estudo da Capitania da Parahiba. O seu livro *Apointamentos para a História territorial da*

Parahiba (1982) se encontra dividido em três partes, na primeira estão transcritas as cartas de sesmarias do ano de 1586 a 1823 da Capitania da Parahiba são aproximadamente três séculos de documentação e fontes de pesquisa disponíveis a todos que se interessa por esse estudo. Só o fato de toda essa documentação está concentrada em uma única obra, facilita as pesquisas, uma vez que não será preciso recorrer aos arquivos que em sua maioria são de difícil acesso, e todas as cartas de sesmarias estão transcritas, a transcrição de documentos de época é um trabalho árduo e penoso. Na segunda parte do livro estão registradas leis e decisões do governo nacional sobre as terras públicas. Na terceira e última parte Tavares elabora um registro geral de terras, de conformidade com o regulamento de 30 de janeiro de 1854.

O modelo historiográfico difundido pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, onde eram determinadas as diretrizes que conduziriam o fazer história da época em acordo com as prerrogativas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Horácio de Almeida (1978) fazia parte do IHGP e as influências do instituto seriam óbvias, pois existia um padrão de como os autores filiados e os sócios correspondentes do IHGP deveriam escrever a História, típico da **tradição historiográfica** vigente no século XIX.

Esse padrão é encontrado na obra de Horácio de Almeida (1978) que ingressa em 1936, no Instituto Histórico Geográfico Paraibano, filho de senhor de engenho torna-se um advogado e literato de sucesso. Sua obra expressa a crença no fazer a História Total do lugar sem problematizações e sem interligações o que leva-nos a considerar os acontecimentos da História da Colonização como fatos isolados.

Em seu livro intitulado de *História da Paraíba*, Horácio de Almeida (1978) dedica um capítulo à conquista da Paraíba, narra às expedições de uma maneira épica.

No decurso de onze anos quatro expedições foram feitas para a conquista da Paraíba. Em nenhuma o civilizado dominou a terra bravia. Só a quinta vingou, muito embora os reencontros continuassem encarniçados por mais quatorze anos (ALMEIDA, 1978, p. 52).

Chama de herói, o povo civilizado que se dispõem no decorrer de cinco grandes expedições, tiveram a coragem de domar a terra selvagem lutando contra índio bárbaro.

As primeiras tentativas são falhas, contudo o herói é persistente e com extrema bravura consegue dominar os inimigos que impedem ou dificultam a conquista e a permanência na terra. Nota-se a busca em transformar o paraibano em um herói que luta contra as adversidades.

José Octavio de Arruda Mello (1995) aponta duas vias de penetração do sertão paraibano. A primeira “longitudinal”, do sul para o norte, partia do Rio São Francisco e alcançava a Paraíba, através da fronteira com Pernambuco. “Percorreram-na bandeirantes paulistas, bahianos e pernambucanos”, a segunda via “latitudinal”, de leste para oeste, foi seguida pela família Oliveira Lêdo, “com a maioria operando por conta própria alguns sob o patrocínio do Governo” (MELLO, 1995, p. 70). Percebemos a tentativa de tornar o governo um dos principais responsáveis pela conquista do sertão paraibano. Tavares reforça a importância da família Oliveira Ledo na conquista, pois este “Clã”, como chama Tavares, teve suas entradas financiadas pelo governo da Paraíba, demonstrado assim o grande interesse da Coroa nas terras sertanejas.

Além de Arruda Mello, outros autores vinculados ao IHGP também reforçam a imagem histórica da família Oliveira Ledo, pois foi uma conquista organizada pelo governo da Capitania da Paraíba. Um dos principais autores que se dedicou ao estudo da conquista do interior paraibano fora Wilson Seixas, seu trabalho se tornou referência para os estudiosos que decidem se dedicar a essa temática.

1.3 WILSON SEIXAS E O VELHO ARRAIAL DE PIRANHAS: A CRISTALIZAÇÃO DE UM SABER

Se verificarmos que o homem, o autor Seixas (1962), e a própria produção dele fazem parte de um tempo, outra característica deverá ser considerada, **o entendimento do que é História**, de que forma essa História deve ser contada e que agentes podem escrevê-la.

Em 1962, devido ao centenário da cidade de Pombal, o historiador Wilson da Nóbrega Seixas lançou livro *O velho Arraial de Piranhas* (2004). Foi por conta da grande repercussão da obra que Seixas ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, participou de vários cargos da Diretoria do Instituto, bem como de algumas Comissões de Estudos do Instituto. No IHGP, Seixas desenvolveu obras sobre a história

do sertão da Paraíba apoiando-se em fontes primárias para revelar, em suas palavras, a “verdade histórica” da conquista sertaneja sem receio de contestação. O autor quis contribuir para a história sertaneja da Paraíba. Considera as fontes disponibilizadas na cidade de Pombal como importante registro historiográfico para as narrativas mais antigas da nossa colonização sertaneja.

A obra de Wilson Seixas é centrada no papel do conquistador Teodósio de Oliveira Ledo, principal responsável pelo povoamento sertanejo. Ao analisar a ação de Teodósio Ledo, Seixas rebate a análise de Irineu Joffily que afirmava ser o apresamento dos índios o principal objetivo de Teodósio Ledo. Segundo Seixas, a entrada de Teodósio Ledo tinha por desígnio o povoamento e colonização dos sertões. A obra de Wilson Seixas é voltada para uma historiografia metódica, que valoriza as ações dos grandes homens e eventos através de uma rigorosa análise, ou seja, de estudar as fontes primárias observando as ligações entre elas para, assim, narrar os fatos tal qual teriam acontecido.

Seixas faz parte de uma tradição histórica tradicionalista e metódica que acredita na escrita de uma História Total, que conseguia abranger todos os aspectos de um lugar, é uma tradição historiográfica que quer contar tudo e que acaba por não dizer nada, deixando os textos carregados de lacunas que expressam os vazios de uma produção desconexa e sem questionamentos, percebemos hoje nas produções monográficas nas universidades as dificuldades em abranger um só tema e mesmo com um recorte temporal e espacial que o delimita não diminuem as dificuldades de apreensão de determinados temas, por isso a História Total não apresentava condições para que fosse realizada uma produção sem lacunas.

É dessa forma, seguindo as prerrogativas estabelecidas pelo Instituto paraibano, que Wilson Seixas se utilizará para contar a História de Pombal, partindo dos Vestígios do Homem Pré-colombiano e dos Primitivos habitantes de Pombal aos Poetas Populares da cidade (respectivamente primeiro e trigésimo capítulos).

No livro o autor trata de como a povoação do arraial do Piancó iniciou-se e como as primeiras famílias chegaram.

O Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo recebeu a missão para fundar o arraial do Piancó do governador da Paraíba, levando para o sertão toda sua família, com

a ida da família Oliveira Ledo para o sertão do Piancó uma verdadeira rede de famílias começou a se formar pelo contato existente entre elas, a tradicional família Oliveira Ledo iniciava essa migração para o sertão e para a fundação do povoado do Bom Sucesso como afirma o autor Seixas: “Teodósio levava para o sertão sua própria família e muitas outras ali chegaram. Foi com elas que se fundou a povoação do Bom Sucesso, situadas às margens do Piancó” (SEIXAS, 2004, p. 145).

É necessário destacar a importância não só da família Oliveira Ledo para o povoamento do Arraial do Piancó e para a povoação do Bom Sucesso, porém o autor resumiu a família Oliveira Ledo, e isso não acontece por acaso, não era qualquer família e sim a família do Capitão-Mor das Piranhas. A figura de Teodósio está impregnada de heroísmo e adjetivos como “extraordinário militar”, dentro da perspectiva da histórica metódica que exalta as figuras consideradas ilustres, por isso a ausência dos feitos das outras famílias o que nos leva a perguntar: Será que as outras famílias que para lá foram não fizeram nada?

A Casa da Torre⁷ é tratada como de vital importância para o sertão paraibano. Criada por Garcia d’Ávila, com o tempo, segundo o IHGP veio a se tornar no maior feudo de todo o nordeste, o autor acredita que alguns representantes da Casa da Torre da família d’Ávila teriam trabalhado no curso das conquistas territoriais que propuseram a extensão dos domínios da família como afirma o fragmento:

Se realmente alguns dos representantes da Casa da Torre resolveram viver perto dos seus engenhos e no aconchego e comodismo do recôncavo, outros, os mais destemidos e afoitos, optaram pelo trabalho da conquista, varando os sertões desconhecidos e misteriosos com o objetivo de aumentar cada vez mais os seus domínios territoriais (SEIXAS, 2004, p. 155).

Na História de Pombal contada por Seixas, no que se refere às redes de famílias, fica clara a importância dos ilustres dessas famílias, essa História bem traz a ideia de que eram elas as encarregadas de ocupar os espaços de poder e de criar mecanismos

⁷ Garcia d’Ávila, o fundador da Casa da Torre, chegou à colônia juntamente com o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza em 1549 e participou da fundação de Salvador. Devido aos privilégios que o governador consentia a família D’Ávila, alguns historiadores dizem que Garcia era filho bastardo de Tomé de Souza, entretanto não passar de uma suposição, já que este fato não foi confirmado (PESSOA, 2008).

para se perpetuarem nesses espaços ao longo do tempo, esses mecanismos ou estratégias por vezes visava a integração de grandes famílias por meio do casamento, porém na História contada por Seixas não traz essa perspectiva da manutenção dos espaços de poder pelas famílias ditas importantes, isso porque a História tradicional é feita por quem vence e não por quem perdeu.

Outro fato importante é a manutenção das riquezas familiares que permaneciam dentro da própria família, com a morte de Francisco Dias d'Ávila toda a responsabilidade dos negócios da Casa da Torre ficou sob a responsabilidade de sua mulher Dona Leonor Pereira Marinho.

O autor reforça a importância da família Oliveira Ledo e trata da estrutura familiar que existia bem como os filhos mais influentes na família Oliveira Ledo, ao destacar a estima de Antônio Oliveira Ledo, filho de Teodósio de Oliveira Ledo, mostra a credibilidade tradicional do filho mais velho cabendo-lhe a incumbência de cuidar dos irmãos mais novos no caso de morte dos pais como o autor destaca que:

[...] após o falecimento de Teodósio de Oliveira Ledo, ocorrido presumidamente, em 1732, em sua casa de morada, no Boqueirão, onde ali se achava também Antonio de Oliveira Ledo, seu filho mais velho, foi este nomeado tutor dos órfãos (...) o que prova, dessa maneira, a sua posição destacada e a influencia patriarcal que exercia sobre os irmãos (SEIXAS, 2004, p.177).

Toda a História das famílias passa pela valorização que elas tinham na época e pela construção de um poder territorial, econômico e político, a História oficial trata dessas famílias que dominaram os espaços de poder, porém resta-nos tentar responder a questão: E as outras famílias sem participações nos espaços de poder o que a História conta sobre elas? Essas abordagens são recentes, admitindo que a existência de uma corrente historiográfica preocupada com as histórias vistas de baixo não estão muito longe de nós no tempo, porém são com esses novos sujeitos da história que teremos uma visão mais ampla dos acontecimentos, das próprias estruturas familiares e das conexões feitas entre as redes de família. Na perspectiva da tradição histórica a qual Seixas faz parte a História do interior se confunde com a história das famílias. Wilson Seixas é um marco na criação da História de Pombal e insere-se dentro de um tempo, de uma corrente historiográfica que ditava as formas de compreensão da História.

Levando em consideração que ao se está inserido na historiografia metódica típica do IHGP, o autor Wilson Seixas não teve a incumbência de problematizar suas fontes, bem como elaborar questionamentos sobre os acontecimentos. Uma vez que “jogava” as fontes, pois estas por si só representavam a História em sua plena totalidade. Contudo a importância de sua obra é inquestionável, todos os trabalhos consultados nesta análise utilizaram como referência a obra de Wilson Seixas. Assim como este trabalho também utilizará. Seixas inaugurou os “Livros de Notas” do Cartório João Queiroga em Pombal-PB, sua obra é repleta de transcrições de alguns dos documentos encontrados nesses livros do cartório, além de trazer documentos raros que atualmente não são mais encontrados na cidade de Pombal.

CAPÍTULO 02

AS VEREDAS DOS SERTÕES: A TERRA, O HOMEM E O GADO

Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior.
(CAPISTRANO DE ABREU, 1998, p.112)

O segundo momento da pesquisa visa identificar os mecanismos administrativos da Coroa portuguesa que se utilizava de seu aparato burocrático para manter o controle político e administrativo sobre as possessões ultramarinas, ao mesmo tempo em que o sistema de sesmarias favorecia o fortalecimento do domínio do poder local. Os homens que participavam dos conflitos no interior almejavam obter títulos e mercês, além de terem a possibilidade de ascenderem socialmente.

Há muito para ser desvendado sobre a rica história sertaneja da Paraíba. Em meio à crise econômica deixada pela invasão holandesa e a oportunidade de obter-se um meio de vida melhor, sertanistas, alguns incentivados pelo governo, navegaram pelos rios e andaram pelas veredas rumo ao sertão. Começamos apresentando o funcionamento da administração portuguesa, para então adentrarmos no sentido que a palavra sertão representava no século XVIII espaço até então dito como desconhecido, a fim de compreender melhor o processo de conquista da terra e a vinda do gado para os sertões da Capitania da Parahiba do Norte¹.

2.1 ENTRE O FORMAL E O INFORMAL: O (DES)MANDO NA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Nas três primeiras décadas que seguiram ao descobrimento, a Coroa portuguesa não se preocupou com as novas terras no ultramar. O governo apenas voltou seus olhos para a América portuguesa quando o domínio ultramarino passou a ser disputado com estrangeiros. A povoação permanente foi a forma encontrada para garantir a posse do Brasil contra rivais estrangeiros. Entre 1533 e 1535, o então rei de Portugal, D. João III, dividiu sua nova conquista em quinze pedaços de terra e doou-os a doze fidalgos

¹ As Capitânicas do Norte eram formadas pelas Capitânicas de Pernambuco, Siará Grande (Ceará), Rio Grande e da Parahiba.

portugueses. Esse sistema de donatários não foi nenhuma novidade, pois essa prática de doar as terras para que um nobre as cultivasse e protegesse em nome do rei já era utilizado pela Coroa portuguesa nas ilhas de Açores e Madeira (SCHWARTZ, 2011).

A maioria dos senhores que assumiam os postos de governança na colônia não eram letrados, tampouco entendiam os princípios legais. “A inaptidão judiciária contribuía para criar condições de turbulência no Brasil, mas na raiz desse estado de coisas estavam as muitas oportunidades de desvios e excessos” (SCHWARTZ, 2011, p. 47).

Existiam fortes laços entre as elites locais e os representantes reais que se davam por meio de alianças matrimoniais e de compadrio formando assim as redes clientelares. Um dos exemplos da atuação dessa rede parental se encontrava no julgamento de questões estratégicas (interpretação de cartas de doação, revogação de sesmarias, dentre outras). Os juízes consideravam os interesses dos poderosos locais, já que em muitos casos faziam parte dessa aliança. Podemos concluir que os órgãos da administração real funcionavam como fatores de *periferização* da política colonial (FRAGOSO, 2001).

A estrutura administrativa e judicial portuguesa girava em torno do Concelho. Cada Concelho conservava certo número de funcionários que exerciam as funções administrativas e judiciais. Dentre estes servidores incluíam o almotacel, a alcaide, o meirinho, o tabelião e um funcionário judiciário local que era o juiz ordinário. Stuart Schwartz (2011) aponta que magistrados municipais eleitos, nem sempre eram formados em direito, em sua maioria eram cidadãos comuns que ambicionavam servir à comunidade pelo período de um ano. O magistrado municipal era responsável pela manutenção da lei e da ordem no município, mas às vezes encontrava alguns empecilhos na realização de suas tarefas, sendo um funcionário eleito e membro da comunidade, o juiz ordinário e sua família estavam expostos às constantes ameaças e pressões de grupos poderosos. Contudo, “o magistrado municipal podia abusar da autoridade para favorecer amigos e parentes” (SCHWARTZ, 2011, p. 29).

Casos assim levavam a Coroa a criar, em 1352, o cargo de juiz de fora, no reino português, para substituir o juiz ordinário em certas comunidades. “A presença do juiz de fora e do corregedor nas cidades e aldeias de Portugal refletia uma tentativa da monarquia de limitar o controle de elementos locais de poder” (SCHWARTZ, 2011, p. 29). Eram nomeados pelo rei e considerados menos influenciáveis pelas pressões locais.

Com essa atitude a Coroa tinha por intenção garantir que esses magistrados não apresentassem ligações pessoais nas áreas de sua jurisdição.

A criação do cargo de juiz de fora nos domínios ultramarinos correspondeu a necessidade que a Coroa sentia de intervir nas funções administrativas e financeiras das câmaras, com o propósito de controlar a Fazenda Real², cujo provedor passou a ter seu poder fortalecido.

Manuel Hespanha (2001) destaca que representantes d'el Rei na colônia desfrutavam de grande autonomia. As funções de governo ultramarino que lhes eram confiadas lhes davam autorização para criar suas próprias leis. Além do mais se encontravam isolados da fonte do poder por grandes distâncias, tendo necessidade de resolver os problemas locais sem poder esperar as demoradas ordens régias. A Coroa concedia aos governadores ultramarinos o exercício de atos de graça, como a concessão de mercês, doação de ofícios, outorga de renda, perdão de crimes, etc.

A prática de mercês era usada na conquista como uma forma de remuneração dos serviços prestados ao rei. Fragoso utiliza-se do conceito de *bandos*³ para se referir aos grupos de nobres envolvidos no conflito político nas pretensões de dominar a governança da *respublica*. Para fazer parte da elite econômica era preciso ter acesso aos postos de comando da cidade. Em uma sociedade baseada por uma hierarquia de Antigo Regime, a primeira condição era pertencer ou estarem ligadas às melhores famílias da terra. O exercício do comando, e com ele a possibilidade de intervir na economia colonial, não dependia apenas da condição de ser descendente de conquistador ou possuir um engenho, mas implicava em outras condições: entre elas a de ter legitimidade social, ou seja, ter a sua qualidade reconhecida pela sociedade.

Em 1580 Luís II, rei da Espanha assume a Coroa portuguesa, pelos sessenta anos seguintes, os governantes do Habsburgo possuiriam a Coroa de Portugal. Durante a União Ibérica foi realizada uma reformulação no sistema jurídico português que afetou

² A Fazenda Real era o órgão de arrecadação dos tributos (impostos) cobrados sobre as diversas atividades econômicas (SOARES, 2012).

³ O conceito de *bandos* é utilizado para denominar diferentes grupos políticos comandados por famílias da nobreza da terra. O mercado e os mecanismos de acumulação de riqueza da nobreza da terra se orientam no domínio sobre a República e na manutenção da sua qualidade em meio a uma hierarquia social cuidadosa de suas diferenças. A história da República no seiscentos foi marcada por conflitos entre os diferentes bandos de nobres pelo poder (FRAGOSO, 2001).

diretamente na administração das colônias portuguesas. Por volta de 1609 é criado o Tribunal Superior brasileiro.

O governador-geral do Brasil presidia as seções no tribunal. O chanceler era o magistrado-chefe. Tinha como dever “registrar as leis e ordenanças emitidas pelo governador, e regulamentá-las ou emendá-las quando necessário”, também era obrigação do chanceler rever os “decretos e sentenças para assegurar-se de que não eram contrários às leis existentes”, uma vez que as reformas arquitetadas em Portugal nem sempre coincidiam com a realidade brasileira. “O chanceler era [...] o segundo mais alto funcionário da administração civil no Brasil, o que tinha reflexo no seu salário, assim como em seu poder e prestígio” (SCHWARTZ, 2011, p. 71).

Durante o primeiro século de existência do Brasil como colônia europeia, vários grupos e instituições estabeleceram padrões de controle sobre os fatores sociais, políticos e econômicos da vida brasileira (SCHWARTZ, 2011, p. 93).

A Guerra de Restauração terminou em 1668 com os espanhóis reconhecendo a independência portuguesa. Durante esse período de restauração a criação do Conselho Ultramarino estabelecido em 1642 foi a reforma administrativa que mais afetou as conquistas no ultramar. Conforme Stuart Schwartz (2011) o Conselho Ultramarino assumiu o controle de todos os assuntos coloniais de natureza civil e militar, com exceção das nomeações de letrados para a magistratura colonial, que continuaram nas mãos do Desembargo do Paço.

Após o estabelecimento do Conselho Ultramarino, a Câmara de Salvador solicitou a abertura do Tribunal Superior, fechado desde 1626. Quando a guerra holandesa enfim terminou, a elite local queixava-se dos custosos recursos legais à metrópole. Com o fechamento do tribunal todos os assuntos administrativos tinham que ser resolvidos diretamente com a metrópole, fato este que saia caro para os poderosos da colônia, além das despesas com envios de requerimentos também tinham que esperar a longa demora das respostas.

O regimento emitido para o tribunal não diferia das diretrizes estabelecidas em 1609, ano de sua criação. O tribunal baiano foi reaberto em 1652.

A jurisdição do Tribunal Superior continuou basicamente inalterada. Todas as outras capitânicas ficaram mais uma vez subordinadas judicialmente à Relação da Bahia, enquanto o estado do Maranhão permaneceu uma identidade separada, sobre a qual o tribunal baiano não exercia controle (SCHWARTZ, 2011, p. 204).

De acordo com Hespanha (2011) não existiu um projeto sistemático de conquista para as posses portuguesas. Cada possessão portuguesa era governada de maneira diferente da outra. Esta heterogeneidade do estatuto político de Portugal criou uma pluralidade de tipos de laços administrativos, ou seja, impedia o estabelecimento de uma regra uniforme de governo nas conquistas lusitanas e criava limites ao poder da Coroa ou dos seus delegados.

A centralização do poder político só pode ser efetivada através de uma hierarquia estrita dos oficiais, por meio da qual o poder real chegava a sua periferia. Os vice-reis e governadores desfrutavam de grande autonomia. As funções de governo ultramarino que lhes eram confiadas davam autorização para criar suas próprias leis. Além do mais se encontravam isolados da fonte do poder por grandes distâncias, tendo necessidade de resolver os problemas locais sem ter de esperar a demorada resposta às suas perguntas. A Coroa concedia aos governadores ultramarinos o exercício de atos de graça, como a concessão de mercês, data de ofícios, outorga de renda e perdão de crimes. No Brasil, os capitães donatários e os governados das capitânicas tinham também uma larga autonomia de decisão, sendo subordinados aos governadores-gerais (HESPANHA, 2001). Na América portuguesa, no início da conquista, a administração privilegiou a ocupação do litoral. O efetivo processo de colonização dos sertões do Brasil teve seu início a partir do século XVII. Diversos fatores contribuíram para a tardia conquista do interior.

Bicalho (2005) discute a historiografia sobre o Brasil colonial que incorporou e desenvolveu a discussão sobre o lugar e o papel das elites coloniais. Durante o Antigo Regime as elites eram formadas por membros das casas nobres. O termo ou conceito de elite colonial pode ser decomposto, ao se tratar das elites mercantis, ou das elites administrativas, constituídas por nobres, eclesiásticos e letrados. Pode-se ainda falar sobre uma elite camarária. Na América portuguesa as elites ganharam um novo sentido. As elites coloniais passaram a ser as que mais riquezas acumularam. O acúmulo de

riqueza significava *status* e poder na sociedade colonial. Por isso se almejava ser um senhor de engenho.

A conquista do Ultramar abriu um variado leque de possibilidades de prestação de serviços à monarquia e ampliou o campo de ação da Coroa que passou a estabelecer novas formas de remunerar e organizar aqueles que iam de encontro com as ideias e práticas de Antigo Regime. Para prestar serviços mais relevantes à monarquia era preciso ter qualidade de nascimento, contudo a conquista do Novo Mundo foi efetuada por indivíduos em sua maioria destituídos das mesmas qualidades.

2.2 AS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DOS SERTÕES: O ESPAÇO INTERIORANO

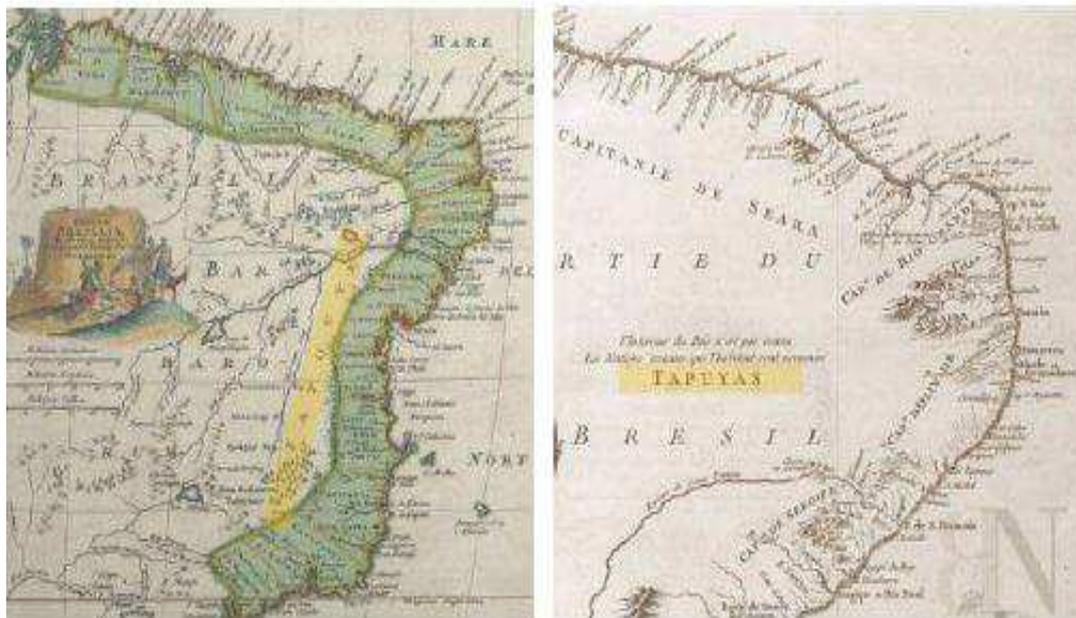
Os sertões até então eram o interior desconhecido, a região habitada pelo índio *Tapuia*⁴. Na cartografia referente ao século XVIII, como pode ser observado no Mapa 01, o interior do atual Nordeste ao invés de ser representado pelo nome sertão é identificado pelo termo *Tapuia* (SOARES, 2012). O litoral onde se deu início a colonização tornou-se a referência do homem civilizado; as regiões longínquas do mar passaram a representar um novo lugar de conquista, que precisava ser desbravado, conquistado e povoado. “Criou-se, assim, uma dicotomia entre o espaço considerado civilizado e aquele considerado selvagem” (SILVA, 2010, p. 112). Os sertões em comparação com o litoral passaram a representar as áreas distantes e não civilizadas. Por isso era preciso que essa terra fosse colonizada.

Os sertões eram ditos como o desconhecido interior, a região afastada do mar. Nas representações simbólicas sobre o território colonial, os sertões apareciam como a oposição do litoral colonizado. A ideia de sertão servia para nomear o desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. O litoral representava a civilização, enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas seriam representadas pela ideia de sertão e *barbarie*.

Para Kalina Silva (2010) os sertões representavam as áreas desocupadas que abrangia todo o continente para além da zona da cana e do litoral. Essa dicotomia entre

⁴ *Tapuia* é um termo utilizado para se referir aos índios que habitavam o interior. Eram considerados como sendo povos bárbaros e inimigos hostis, que travaram conflitos contra os sesmeiros (MONTEIRO, 2011).

sertão (selvagem) e litoral (civilizado) foi criado pelo imaginário da sociedade açucareira e mesmo depois de consolidado o processo de colonização essa ideia ainda perdurou. O sertão passou “então a ser considerado um lugar de gente pobre, ignorante e preguiçosa, enquanto o litoral continuava a ser o lar do que era refinado” (SILVA, 2010, p. 113).



Mapa 01 – O Sertão dos *Tapuias* (SOARES, 2012, p. 37).

De acordo com Paulo Guedes (2006), os sertões coloniais podem ser mais bem compreendidos como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável. Os sertões, desta forma, estavam carregados de uma valoração simbólica construída culturalmente naquele contexto e que foi mudando de conteúdo conforme a conquista interiorana avançava. “Foi dessa maneira que o sertão se constituiu numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo” (GUEDES, 2007, p. 6).

Simone Soares (2012) considera que os sertões tratavam-se de um espaço físico que é definível, mas não delimitável. Definível através da representação que os portugueses possuíam acerca dele, como oposição ao litoral. Não delimitável, porque não havia limites e fronteiras precisos a ele associado. A autora partilha da mesma ideia

de Paulo Guedes (2006) quando afirma que o sertão se encontra mais relacionado “a um conceito e a uma representação simbólica do que a um espaço físico delimitado” (SOARES, 2012, p. 27).

Ana Paula de Moraes (2011) apresenta pessoas que vivenciaram suas experiências de relações de poder e cultura em pleno sertão colonial. Segundo a autora, os sertões coloniais eram um espaço de cultura, política e economia bem peculiar e com um tempo próprio.

De acordo com Moraes no decorrer do século XVIII, os sertões e o trato de gado levaram muitas pessoas a adentrar-se nas ribeiras⁵ do Rio Piranhas. Os sertões passaram a ser um lugar de oportunidades econômicas para aqueles que não as conseguiram entre os principais da terra enriquecer no litoral. Os sertões, portanto, tornaram-se um lugar economicamente interessante e valoroso, pois representava uma possível transformação de condições sociais. Ao longo dos setecentos, passaram a chegar famílias que buscavam um lugar para morar e melhores condições de vida. O sertão passa a ser, também,

[...] para muitas pessoas influentes, um novo lugar, aberto para efetivação de sua fidalguia e de enriquecimento e, para os mais humildes, a oportunidade de ter suas próprias cabeças de gado, depois de trabalhar alguns anos para alguém, Para os escravos, a possibilidade de conseguir sua alforria (MORAES, 2011, p. 12).

Os sertões de Piranhas, além de ter uma cultura econômica baseada na criação de gados, podia ter se tornado um lugar de fuga, de desejos, de confrontos, de arranjos e rearranjos políticos e econômicos. Os sertões da Capitania da Parahiba desenvolveram um ritmo social bem particular em relação à construção de hábitos que se afastavam do processo civilizacional europeu.

Kalina Silva (2010) destaca que o sertão representava todo o interior não desbravado. Não tratava,

[...] dessa forma, de um sertão, mas de vários sertões. Cada um correspondendo ao interior de determinado rio, um determinado lugar

⁵ As ribeiras serviam de acesso ao interior. Grande parte das entradas deu-se pelas ribeiras. Além de servir de rota, as ribeiras também representavam um lugar de disputas, pois as melhores terras eram as localizadas próximas aos rios e afluentes por ser essencial para a sobrevivência humana e dos animais.

bem específico. Ou seja, usava a palavra para definir lugares indefinidos e vagos. Um nome para os espaços sem nome (SILVA, 2010, p. 117).

Os sertões eram tidos como terra que ainda precisava ser tomada, civilizada; e por estar distante do litoral acreditava-se também estar longe do alcance do governo. Por esta razão, ao que parece, possuía certa autonomia em relação ao poder real. À medida que a colonização avançava as relações com a Coroa mudavam de dinâmica.

Sendo assim, optamos neste trabalho por utilizar a palavra “sertões” em vez que “sertão”. Consideramos que o conceito de “sertões” seja mais apropriado para nos referimos ao interior da Capitania da Parahiba do Norte no século XVIII, espacialidade e temporalidade, respectivamente, desta análise histórica. Estabelecido o significado do termo sertões, passemos a apresentar as suas veredas e seu domínio português.

2.3 O “SELVAGEM” DOS SERTÕES: O MEDO TAPUIA

A Capitania da Parahiba do Norte embarcou no século XVIII numa grave crise econômica, política e social. Esta crise proveio do fim do chamado “Período Holandês” (1634-1654), deixando devastada a produção açucareira nas Capitânicas do Norte – o principal vetor econômico da época. Após a expulsão holandesa coube aos capitães-mores e governadores das capitânicas a tarefa de tentar recuperar uma economia açucareira colapsada.

De acordo com a historiografia paraibana: Joffily (1892), Pinto (1908), Machado (1912), Mariz (1922), Almeida (1978) e Seixas (1962), a conquista e ocupação lusitana dos sertões das Capitânicas do Norte ocorreram somente depois da expulsão batava. Tal fato provavelmente aconteceu devido a pouca importância atribuída aos sertões naquele momento pelo reino lusitano. Durante a ocupação, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais voltou seus interesses apenas nas áreas mais lucrativas, ou seja, nas grandes regiões litorâneas produtoras de açúcar. Esta matéria-prima era o principal produto exportado do Brasil colônia e de grande importância para o comércio no Velho Mundo.

Ao final do Período Holandês a produção açucareira na Capitania da Parahiba do Norte encontrava-se arrasada, inaugurando uma fase de crise econômica que resultaria em 1756 na sua anexação à Capitania de Pernambuco.

A crise da produção do açúcar resultou na “[...] instalação dos holandeses nas Antilhas gerando o regime de concorrência e a conseqüente perda do monopólio português” (SARMENTO, 2007, p. 44), além dos diversos conflitos com os holandeses que deixaram engenhos totalmente devastados. Desta forma, os sertões das Capitanias do Norte mostraram-se numa via alternativa para a manutenção das rendas da Fazenda Real na região reconquistada.

Após a expulsão dos holandeses em 1654, deu-se início a penetração rumo ao interior da Capitania da Parahiba. Enquanto uns recompunham seus engenhos no litoral, outros optaram pela pecuária levando o gado para o interior. Os conquistadores com frequência recorriam ao Estado para legitimar os espaços que adentravam, utilizando para isso os pedidos de sesmarias⁶. Alegando ter prestado serviços a Coroa, apelavam ao Governo português por mercês. Por meio de seus argumentos barganhavam a concessão de benefícios. No entanto, estes conquistadores mesmo tendo seu poder legitimado pela Coroa, não eram totalmente submetidos a ela. Por meio de subterfúgios esses homens agraciados pelo rei criavam dispositivos para benefício de uma poupança social e a manutenção de uma política de privilégios. Certamente o sistema de sesmarias e a dinâmica de doação propiciaram a criação de redes de sociabilidade e cumplicidades que buscaremos aqui analisar.

Para este sistemático avanço foi comum o conflito com os povos indígenas do interior das capitanias do Norte. Esta disputa da conquista ficou conhecida na historiografia por *Guerra dos Bárbaros*⁷. O gentio, conhecido genericamente como os *Tapuias*, não aceitou a presença dos desbravadores e passaram a reagir com o intuito de defender suas terras da implantação das fazendas de gado. Os nativos por conhecerem bem a geografia da área e devido ao seu maior número provocaram forte resistência e

⁶ Doar sesmarias era uma prática utilizada em Portugal durante o Antigo Regime. Essa prática foi reutilizada para as colônias, sendo adaptada à realidade local. No primeiro momento os lotes de terras eram doados sob mercê aos conquistadores que lutaram em nome d’el Rei. Para manter a posse da terra era exigido que a mesma fosse mantida povoada e cultivada (ROLIM, 2012). Uma sesmaria (faixa de terra) possuía oficialmente três léguas de comprimento e uma de largo. Hoje equivale a aproximadamente a 15 km de extensão.

⁷ “Em geral, a Coroa se referia a todos os conflitos nesse período com o nome genérico de *guerra dos bárbaros*, em referência à imagem de selvageria sempre associada aos índios do sertão” (SILVA, 2010, p. 138).

destruição dos arraiais⁸. Não foi raro os sertanistas suplicarem insistentemente à Coroa por ajuda militar.

A Coroa se viu em um impasse, pois de um lado se encontravam os sertanistas, donos de currais de gado, que reivindicavam “a limpeza do espaço ocupado pelos povos indígenas para a expansão da pecuária, bem como o cativoiro dos mesmos”, e de outro lado se encontrava os missionários da Igreja, que de um lado oposto procuravam “a expansão da fé católica e evitar o extermínio desses povos” (SOARES, 2012, p. 60). Visando atender aos interesses antagônicos dos proprietários rurais e da Igreja a forma encontrada foi a aplicação da “Guerra Justa” que de uma forma simples objetivava o aniquilamento e cativoiro aos índios bárbaros e o aldeamento em missões aos índios considerados mansos. Para tanto,

Sem os paulistas com o seu gentio nunca se há de conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, no Rio Grande e no sertão da Paraíba e Pernambuco, porque o gentio bravo por serras, por penhas, por matos, por catinga só com o gentio manso se há de conquistar e não com algum outro poder, e dos paulistas se deve valer Sua Majestade para a conquista de suas terras (ABREU, 1998, p. 117).

Capistrano de Abreu (1998) nos mostra a importância que os paulistas tiveram na conquista dos sertões das Capitâneas do Norte, bem como a utilização do gentio manso nos conflitos dos sertões. Era comum a utilização de índios aliados como agentes da colonização. “Os portugueses procuravam estabelecer alianças com tribos aliadas visando o combate a tribos não convertidas” (ROLIM, 2012, p. 37). As tropas indígenas eram constituídas pelos índios flecheiros, um dos grandes responsáveis pela conquista dos sertões.

Os sertanistas paulistas eram compostos por homens livres, mestiços, mamelucos e quem se disponibilizassem a perseguir escravos fugidos, devastar quilombos, apreender índios, fazer guerra aos Tapuias e criar gado. Foi incentivado o bandeirismo de contrato⁹ pelo Governo Geral do Brasil que “o entendia como de

⁸ Arraial é um acampamento militar fundado para auxiliar as tropas durante a Guerra dos Bárbaros. Com o fim dos conflitos e a fixação da população os arraiais se tornaram povoações (SARMENTO, 2007).

⁹ O bandeirismo de contrato visava à contratação de paulistas, considerados homens experientes nos conflitos contra o gentio bravo. (SOARES, 2012)

extrema importância utilizar a experiência destes sertanistas para conter os conflitos com os povos indígenas” (SOARES, 2012, p. 82).

Paulo de Queiroz Guedes (2006) procura mostrar que a conquista do sertão e sua reorganização espacial não foi fruto apenas das ações sociais dos colonizadores, mas também contou com a participação de vários grupos indígenas que contribuíram para o processo de expansão territorial do Império português; um processo multifacetado de inserção, rejeição e transformações constantes por parte dos indígenas ante a nova dinâmica social que se estabelecia no sertão.

A *Guerra dos Bárbaros* teve três momentos distintos. Vide Mapa 02, nele podemos observar os principais rios do interior das Capitanias do Norte, as ribeiras dos rios eram o principal foco de disputas entre o índio e homem. O primeiro momento estourou na região norte-rio-grandense do Açu, em que os indígenas foram à luta com armas de fogo e munições adquiridas por meio de contrabandistas franceses. O segundo momento teve como cenário a Paraíba. Banidos da área, os índios buscaram refúgio no Ceará, onde ocorreu a última etapa da *Guerra dos Bárbaros* (SILVA, 2010).

Com o fim da guerra incontáveis índios foram exterminados. Em contrapartida a partir da pacificação e dominação dos índios, os sertanistas puderam dar continuidade a fundação das suas fazendas de gado, que viria a se tornar mais tarde núcleo de povoação. A criação do gado que no começo tinha o objetivo de abastecer as regiões vizinhas, em seguida as feiras e as pousadas foram se desenvolvendo ao ponto de irem se tornando povoamentos, vilas e, hoje, cidades.

2.4 A CONQUISTA DA TERRA: A RIBEIRA, AS SESMARIAS E O GADO

Nessa conjuntura histórica, enquanto os engenhos do litoral buscavam a sua recuperação e a consequente salvação da lavoura açucareira, os sertões foram lentamente, ao longo do século XVIII, ocupados pela pecuária. Como já citava Capistrano de Abreu, “a criação do gado não precisava de tanto braço como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância; além disso abundavam terras devolutas para onde os índios podiam migrar” (ABREU, 1998, p. 133).

O gado era de grande valor desde o litoral ao interior. Christiane Sarmiento (2007) considera-o símbolo do processo inicial de colonização e povoamento dos sertões das Capitanias do Norte. A criação do gado foi a principal atividade econômica e “a maior responsável pelo desbravamento e a colonização do nosso interior” (PORDEUS, 1987, p. 161), já que o sertão possuía imensas terras que eram adequadas para o desenvolvimento da pecuária.

Foi a fazenda de gado, os chamados *currais*, que fixou o homem nos sertões da Paraíba. Eram frequentes os pedidos de terras para se criar gado nas cartas de sesmarias. Para ocupar uma data de terra¹⁰ era preciso construir uma casa e currais para o gado. O trato do gado não exigia uma grande demanda de trabalhadores já que os animais eram criados soltos no pasto; era o vaqueiro o principal responsável que cuidava da atividade pecuária. O gado era considerado um produto de grande valor desde o litoral ao interior. Christiane Sarmiento (2007) considera o gado o símbolo do processo inicial de colonização e povoamento, pois foi uma atividade constante que avançou por todo o sertão paraibano.

Além de alegarem da necessidade da terra para a criação do gado, os desbravadores que vieram a se tornar os primeiros colonos em seus pedidos de sesmarias também enalteciam sua condição de conquistador para legitimarem a posse da terra conquistada. Estes senhores recorriam ao governo português requerendo sesmarias como benefícios em troca dos serviços prestados a Vossa Majestade, nos quais arriscavam suas próprias vidas. Inserindo-se em práticas típicas do Antigo Regime, na qual “dar, receber e restituir” eram os atos que constituíam a natureza das relações sociais e das relações políticas, caracterizando assim as redes *clientelares*.

As redes clientelares “[...] são resultado da ação conjugada de governadores ligados entre si não apenas pelo mero fato de serem funcionários da Coroa portuguesa, mas também por estabelecerem, através de casamentos, laços familiares e clientelas políticas” (BICALHO, 2005, p. 88). Por meio de alianças com seus pares e negociação com outros estratos sociais a formação destas redes eram estratégias para que a nobreza da terra mantivesse seu poder. Em troca de seu empenho na manutenção e defesa dos territórios conquistados, os indivíduos que se aventuravam nos conflitos do interior

¹⁰ Uma data de terras equivalia a 3 léguas, denominação utilizada como medida de longos comprimentos.

reivindicavam para si distinções, acesso ao governo das conquistas e terras. O rei ao retribuir os feitos reafirmava o pacto político que os unia à Coroa.

Para obtenção da data de sesmaria era necessário sustentar a terra povoada e produtiva por um período de aproximadamente cinco anos. O beneficiado recebia as terras em sesmaria por meio da doação de caráter hereditário e em troca eram obrigados a povoá-las e a pagar o dízimo da ordem de Cristo do que nela se cultivasse. A Coroa arrecadava a décima parte de tudo o que fosse produzido na sesmaria. O dono da sesmaria deveria sempre obedecer as ordens de Sua Majestade, além de confirmar a doação das terras recebidas através de sua ocupação efetiva dentro de três anos por meio de um novo documento, a carta de confirmação da sesmaria, pois caso contrário a doação seria anulada em favor do rei e as terras iriam ser doadas a outro sesmeiro.

Na maioria dos pedidos de sesmaria, os conquistadores alegavam a criação do gado como motivo para a mercê de doação de terra. Os colonos declararam o risco de suas vidas e o investimento de seus recursos particulares na guerra contra o gentio e na conquista de terras para o gado em nome do rei. Todas essas alegações apareciam nos pedidos de sesmaria. Essa estratégia era utilizada pela mesma família com o intuito de garantir muitas léguas de terras. O fato de o gado ser criado solto nas pastagens justificava a obtenção destas terras pelos povoadores lusitanos.

Certamente havia irregularidades na concessão de terras, como a da capitania Ceará pelos seus capitães-mores. Esta prática está presente na documentação analisada por Gomes. Este fenômeno esteve presente no processo de ocupação dos sertões da América portuguesa. José Eudes Gomes (2009) apresenta como exemplo uma carta régia de 7 de dezembro de 1697 onde o rei informava ao governador e capitão-geral do Estado do Brasil que estava recebendo reclamações sobre o excesso de terras que estavam sendo concedidas a uma mesma pessoa.

Os fazendeiros adquiriam terras no Recôncavo por meio de concessões chamadas de sesmarias, que delimitavam o pedaço de terra e garantiam direitos perpétuos sobre ele. A Coroa exigia do sesmeiro que construísse uma casa fortificada e fornecesse armas para a defesa dos moradores de sua área. O tamanho das sesmarias variava, mas a estipulação de que ninguém deveria receber mais terras do que poderia efetivamente usar era, quase sempre, contornada (SCHWARTZ, 2011, p. 105).

Uma sesmaria de três léguas de comprimento e uma de largo era considerada o suficiente para uma pessoa cultivar e conceder-lhe mais que isso acabava por impossibilitar que outros a povoassem. Conceder várias sesmarias às mesmas pessoas resultava por deixar as terras desocupadas, pois não conseguiam povoá-la efetivamente. Fato que dava origem a uma política de privilégios que beneficiava a poucos, isso, por sua vez, provocava descontentamento por parte dos que almejavam possuir sesmarias e devido a esse sistema de benesses não obtinham.

Caso semelhante aconteceu em 1766 na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, aos quatro dias do mês de setembro do dito ano os outorgantes Antônio Dias Ferreira e o Alferes Ignacio Ribeira da Cunha requerem em notas de tabelião uma data de sesmaria nas cabeceiras do Rio do Peixe, suplicam ao Procurador da Fazenda Real a posse das “terras que pedem estando divolutas e desaproveitadas”. Os outorgantes tinham por comprometimento tornar as terras produtivas “com obrigação de as povoarem dentro em cinco annos pena de se haverem por devolutas na forma da Ley e com a clauzula de que se nelas succeder”¹¹. Antônio Dias Ferreira e o Alferes Ignacio Ribeira da Cunha ficaram responsáveis por povoar e tornar a data de sesmaria produtiva dentro de um prazo de cinco anos, ao contrário perderia a posse das terras.

De acordo com José Eudes Gomes (2009), o Conselho Ultramarino reconhecia que a concessão de sesmaria e o provimento de postos e ofícios eram mecanismos essenciais para a construção da autoridade dos capitães mores no Ceará. Para a obtenção de sesmaria não havia obrigação de origem fidalga, portanto qualquer um poderia obter uma sesmaria desde que se compromettesse em ocupá-la e mantê-la produtiva. Este fato impulsionou as entradas rumo ao interior.

A criação do gado foi a principal atividade econômica e um fator contundente no processo de povoamento do sertão paraibano. Isso atraía outros desbravadores que almejavam ter o poder político, econômico e militar que os D’Ávila, da Casa da Torre, possuíam.

Os Dias d’Ávila foi uma importante família da Capitania da Bahia de Todos os Santos, com propriedades e postos na governança, e que ao longo de gerações alcançou

¹¹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775. “Carta de datta e sesmaria de terra lavrada nesta notta a requerimento de Ant^o Dias Ferreyra”. 1766, fls. 14v.

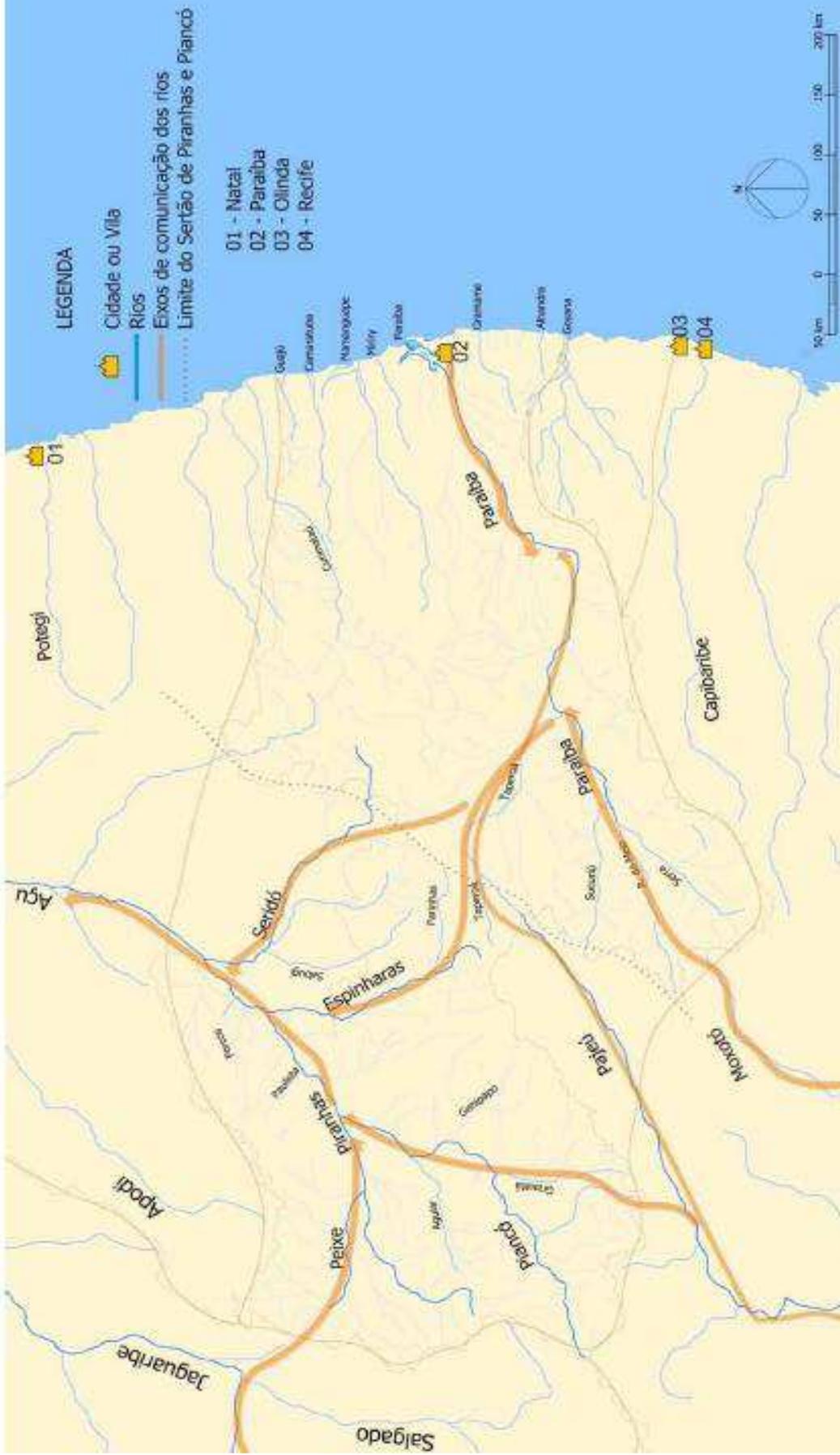
posições de fortuna e de autoridade. Para que seus pedidos de sesmarias fossem aceitos pelo Estado português, os D'Ávila e outros senhores promoveram combates militares em favor de Portugal, como na expulsão holandesa. Esses senhores se envolviam em combates a fim de barganhar favores com a Coroa. Foi por meio destes senhores – que se empenharam em conquistas e ocupações do território – que se deu o início ao processo de conquista do sertão a serviço da Coroa. A Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, se tornou a maior proprietária de terras da atual região Nordeste. Foi a primeira a abrir caminho na conquista dos sertões da Paraíba ocupando as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, na Capitania da Parahiba do Norte, a partir de 1664 (SEIXAS, 2004).

A Casa da Torre “para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias” (ABREU, 1998, p. 133). Os Dias d'Ávila expandiram seu patrimônio através das solicitações de imensas sesmarias, depois arrendava, em nome dos membros de sua família, as terras a outros proprietários para desta maneira torná-las produtivas, uma vez que esta era uma condição para a posse da terra (SOARES, 2012).

No primeiro momento, as explorações do interior da Capitania da Parahiba do Norte se restringiram por meio do tráfego dos rios. Era mais fácil seguir pelas ribeiras dos rios navegáveis, pois as distâncias por terra dobravam os tamanhos dos deslocamentos (vide “Mapa 03”). As primeiras explorações interioranas em sua maioria tinham o intuito de aprisionar índios e procurar por riquezas minerais. De acordo com Wilson Seixas (2004), a principal responsável pela efetiva conquista e povoação do interior paraibano foi a família Oliveira Ledo.

Mesmo depois do falecimento de Antônio Oliveira Ledo¹², em 1687, seus familiares continuaram a pedir sesmarias em seu nome, alegando os feitos que Antônio Ledo durante a conquista dos sertões. Renata Costa (2012) aponta tal fato ao “auto-reconhecimento da família como merecedora de terras por ser membro que fez parte do processo da conquista destacando a condição de ‘melhores da terra’ que os mesmos se atribuíam” (COSTA, 2012, p. 49).

¹² Antônio de Oliveira Ledo foi o primeiro membro da família a obter terras na Capitania da Parahiba e a ocupar o cargo de capitão mor de Piranhas e Piancó.



MAPA 03 – Principais rios do Sertão de Piranhas e Piancó (SOARES, 2012, p. 66)

A família Oliveira Ledo era detentora de um importante prestígio local. Essa importância devia-se principalmente aos benéficos concedidos pela Coroa. A inserção dos Oliveira Ledo dentro de uma política de privilégios pode ser observada na quantidade de sesmarias concedidas a este grupo familiar, além dos casos de arrendamentos feitos pela Casa da Torre a membros genealogia. Como foi o caso de o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo que arrendou aproximadamente 20 propriedades¹³ à Leonor Pereira Marinho¹⁴.

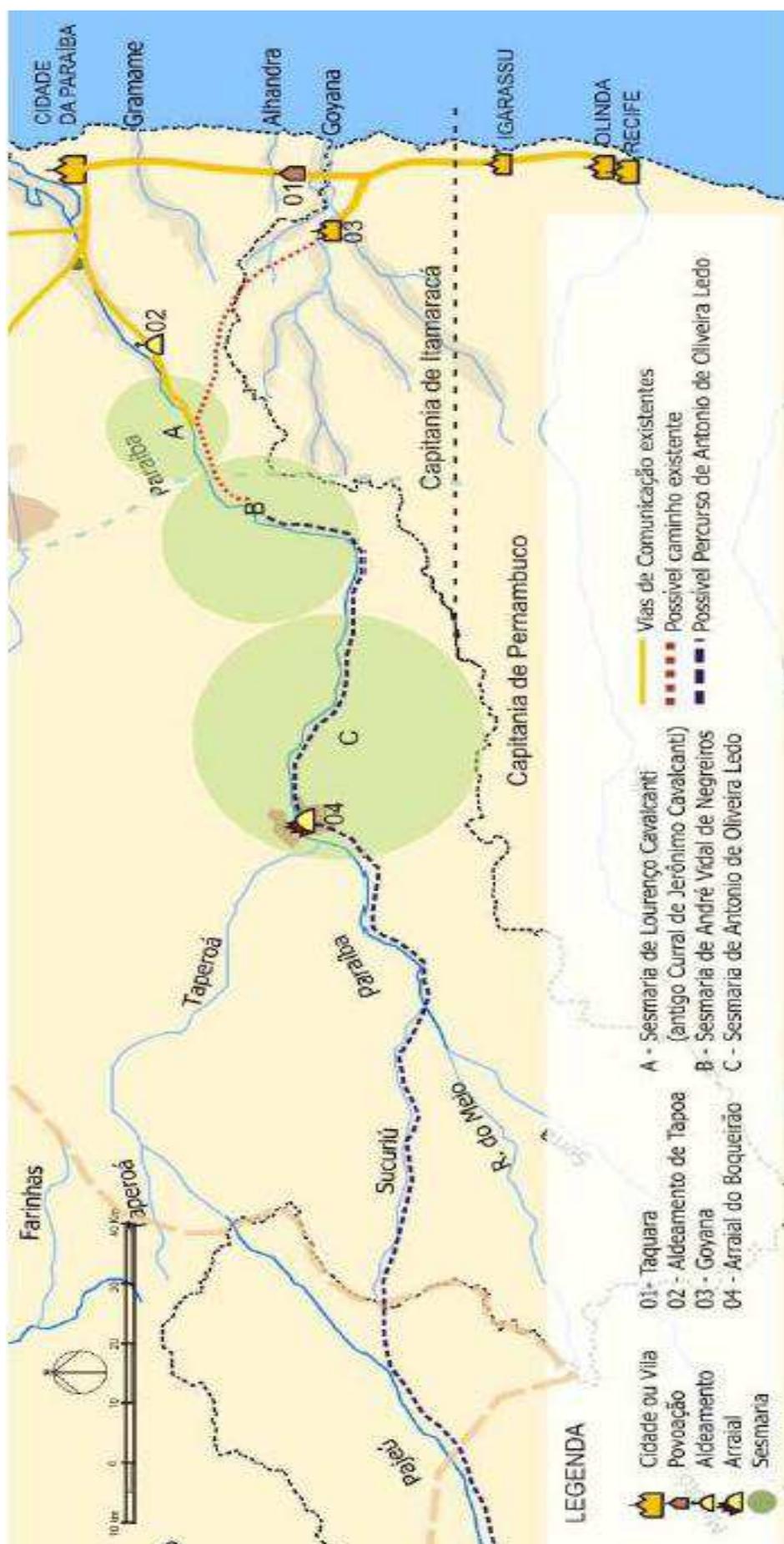
Essa prática de requerer sesmarias na Capitania da Parahiba, em nome dos feitos de seus ascendentes, perdurou durante muitas gerações na família Oliveira Ledo, tendo início por volta de 1670 quando Antônio de Oliveira Ledo adquiriu a primeira sesmaria da família na ribeira do Rio Paraíba e perdurando até aproximadamente o final do século XVIII, quando Francisco de Oliveira Ledo ainda encaminhava pedidos de terras a Coroa. O sobrenome Oliveira Ledo é uma constante na documentação de todo o século XVIII, nas fontes cartoriais utilizadas neste trabalho. Na documentação os membros desta família sempre aparentam ser alguém de destaque na Povoação do Bom Sucesso, por possuírem um considerável cabedal¹⁵.

Partindo do pressuposto de que foram os D'Ávila e os sertanistas paulistas os primeiros a abrirem as veredas dos sertões da Capitania da Parahiba, podemos destacar que o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo já era detentor de um conhecimento prévio acerca dos caminhos que levavam ao seu interior. A família Ledo era originária da Bahia e chegou a Paraíba em meados de 1665, ano em que foi organizada a primeira bandeira rumo ao interior. Navegando pelo rio Paraíba, Teodósio Ledo chegou a Boqueirão de Cabaceiras. Vale ressaltar que neste local se encontrava Antonio de Oliveira Ledo, seu tio. O Mapa 04 nos mostra as possíveis rotas de penetração rumo ao interior seguida pelos Oliveira Ledo. De acordo com a historiografia paraibana, ele é considerado o grande responsável pela colonização do interior da Paraíba, estabelecendo-se no seu interior e trazendo famílias e índios mansos para povoá-lo.

¹³ Não sabemos com exatidão a quantidade de terras arrendadas. Seixas (2004) afirma que foram 16 propriedades, já Costa (2012) aponta para 28 sítios arrendados a Casa da Torre.

¹⁴ Após a morte do senhor da Casa da Torre Francisco D'Ávila, em 1695, sua esposa Leonor Pereira Marinho assume a responsabilidade dos negócios de uma das mais importantes famílias baianas.

¹⁵ Cabedal representa o conjunto de bens que formam o patrimônio de alguém, riqueza, acervo. Além de simbolizar o poder e força de determinada pessoa.



MAPA 04 – Prováveis rotas da conquista e caminhos seguidos pelos Oliveira Ledo. (SOARES, 2012, p. 74)

Na realidade, quando o primeiro integrante dos Oliveira Ledo, Antônio de Oliveira Ledo, adquiriu uma sesmaria na ribeira do Rio Paraíba em 1670 “o sertão da capitania já se encontrava parcialmente ocupado pela Casa da Torre”; a presença dos Dias D`Ávila “nos sertões paraibanos dataria de 1663” (MELLO, 1995, p.73). Além dos Dias D`Ávila, a historiografia também verificou a presença dos sertanistas paulistas que lutaram contra a resistência indígena.

Teodósio de Oliveira Ledo foi o terceiro membro da família a ocupar o cargo de capitão-mor do sertão das Piranhas, Cariri e Piancó. O cargo primeiro pertenceu a seu tio Antônio de Oliveira Ledo e passou para Constantino de Oliveira Ledo em 1692. Com sua morte, seu irmão Teodósio assumiu o cargo em 1694. O capitão-mor Teodósio mantinha uma boa relação com o governador-geral do Brasil, Dom João de Lencastro, responsável por firmar sua patente militar como gratidão e mercê pelos serviços prestados nos sertões da Parahiba e nas guerras contra os gentios bravios. Também o então governador da Parahiba, por volta de 1696, Manuel Soares de Albergaria, ajudou-lhe no processo da conquista fornecendo-lhe armas, munições e uma milícia com o objetivo de estabelecer o arraial que viria a ser a base inicial de suas operações militares.

No final do século XVII, Teodósio de Oliveira Ledo adentrou no sertão por meio do rio Piranhas. Foi a primeira entrada rumo aos sertões da Capitania da Parahiba financiada pelo Estado, demonstrando assim o forte interesse da Coroa nas terras interioranas.

Teodósio Ledo escolheu o sertão das Piranhas para fundar ali o arraial, de acordo com as ordens de Manoel Soares de Albergaria, o então governador da Paraíba, por volta de 1698. Escolheu um lugar adequado e seguro para os moradores que naqueles sertões criavam seus gados. O arraial ficou conhecido como Piancó. Assim, a atual cidade de Pombal, fundado no Sertão das Piranhas e Piancó, teve como primeiro nome “Arraial do Piancó” e depois “Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó”. O Sertão de Piranhas e Piancó compreendia o extremo oeste da antiga Capitania da Paraíba, fazia fronteira com o Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, sendo que os limites de divisa eram imprecisos (SOARES, 2012). Observe o Mapa 05 para uma maior compreensão da abrangência territorial dos sertões paraibanos, vale

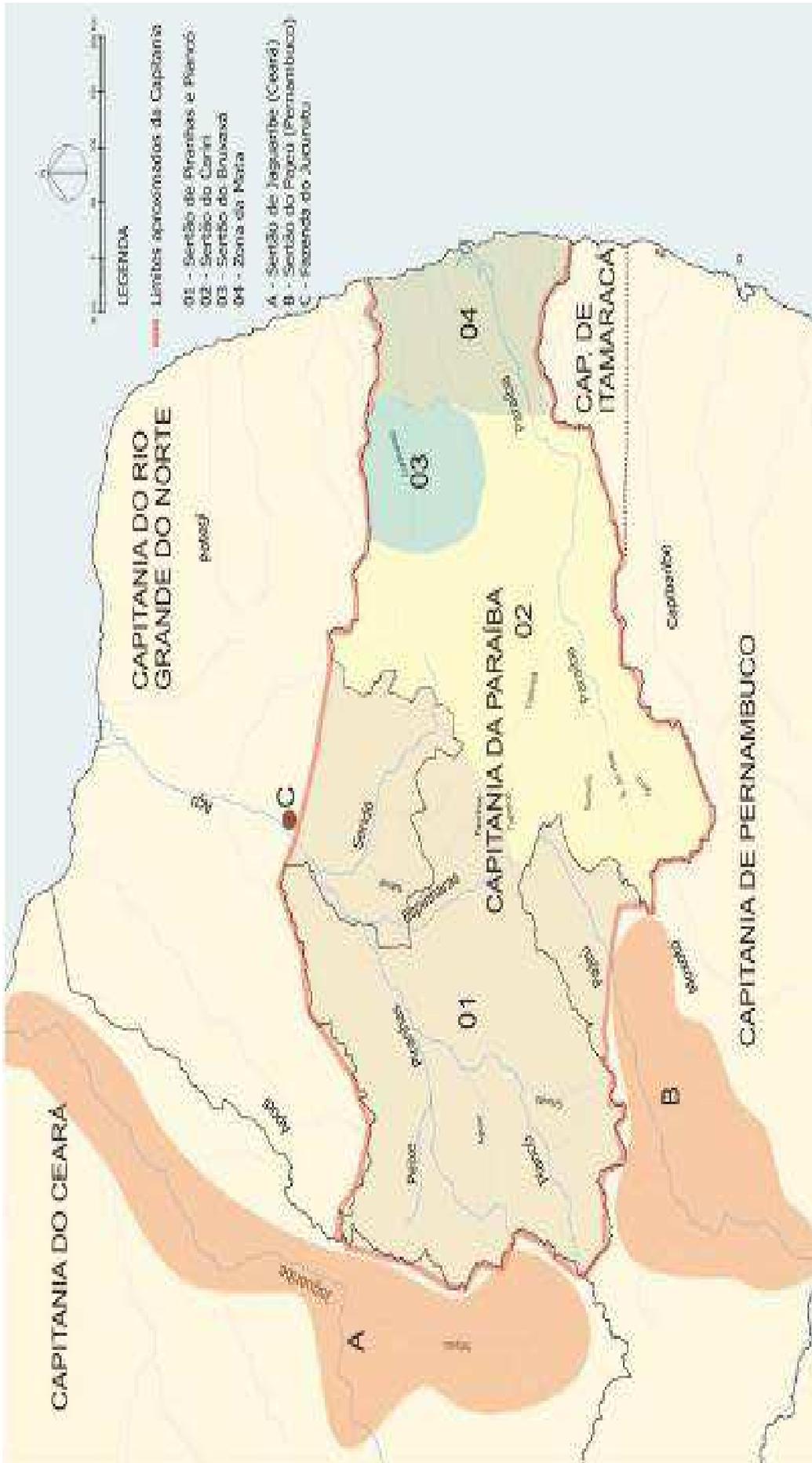
ressaltar que no período colonial não existia uma delimitação territorial precisa e detalhada.

A conquista e a ocupação do Sertão das Piranhas e Piancó foi um processo que aconteceu gradativamente. O Mapa 05 representa a delimitação espacial do interior da Capitania da Parahiba. Vale ressaltar que os limites das Capitanias do Norte costumavam confundir-se entre si por ser o seu interior, na época, uma fronteira móvel, em constante expansão no combate aos gentios bravios.

Pombal foi o primeiro agrupamento humano que se formou no Sertão da Paraíba, centro de irradiação territorial e fonte de onde se originaram outros núcleos de população que, hoje, ostentam, sob os mais variados aspectos, a grandeza do seu progresso e o luxo da sua civilização (SEIXAS, 2004, p. 130).

A conquista se deu tanto pela administração portuguesa que, por meio de uma política de povoamento territorial, visava garantir a posse das terras do interior da Capitania da Parahiba do Norte através do seu avanço e que acabou por desencadear o surgimento de povoações; e pela iniciativa privada de particulares à qual propiciou um sistema de ganho obtido por meio das sesmarias onde se favorecia o fortalecimento do domínio do poder local (SARMENTO, 2007). Ambos os movimentos se confundem e fazem parte de um mesmo processo: o de justificar o avanço para os sertões e a escravidão indígena. Famílias acabaram por dominar o sistema de benesses e nomeavam pessoas de confiança para os postos militares locais, formando assim a primeira elite local baseada numa política de privilégios (GOMES, 2009).

A conquista do sertão da Paraíba está inserida em um projeto amplo de ocupação do Brasil. A instalação do Arraial de Piranhas, buscou legitimar a posse dos territórios sertanejos e povoá-los em nome do Governo português como um posto militar, para tanto serviu como um ponto estratégico na defesa da conquista do Norte do Estado do Brasil.



Mapa 05 - Delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó (SOARES, 2012, p. 35)

O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado em 1751, constituía um território português considerado independente do restante do Brasil colonial. “As dificuldades de comunicações marítimas entre o Maranhão e o resto do Brasil sugeriram a ideia de criar ali um estado independente” (ABREU, 1998, p. 119). Do ponto de vista administrativo constituía um Estado separado já que a distância dificultava a comunicação que acabava por impossibilitar um mesmo sistema administrativo para o Norte e o resto do Brasil colonial.

O interior precisava ser ocupado para se tornar protegido, afinal era a região que ficava entre o litoral de vilas açucareiras e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Tarefa esta que foi dificultada devido a presenças dos “índios bárbaros”: os *Tapuias*.

A abertura de um caminho por terra até o Estado do Grão-Pará e Maranhão era urgente e necessária, tendo em vista o difícil trajeto marítimo [...] o que dificultaria a arregimentação de uma rápida defesa no caso de uma invasão estrangeira. Além disso, havia o complicado trato com os índios *tremembés* do litoral que, como os dos sertões, eram hostis e esperavam as naus portuguesas atracarem para saquear e roubar as mercadorias dos colonizadores (ROLIM, 2012, pp. 15-16).

Portanto, podemos concluir que a criação de uma nova rota que vinha do litoral e passava pelo sertão da Paraíba para se chegar ao Norte era uma forma de amenizar essa distância do Norte em relação ao restante do Brasil. A instalação do Arraial de Piranhas para garantir a ocupação e a proteção desta rota tinha como objetivo promover uma melhor comunicação com o Norte, o que viria também a facilitar sua administração.

Depois de abertas as veredas dos sertões, precisou-se de proteção para se garantir o tráfego de homens e animais. A proteção se deu através de guerras com o gentio e do povoamento das novas terras conquistadas a partir da instalação das fazendas de gado e da fundação de núcleos de povoação. Neste sentido o povoamento da região deu-se através do aumento do número de fazendas de gado e da doação de sesmarias aos povoadores lusitanos. Foi neste contexto que se desenvolveu o “(...) Arraial de Piranhas, acampamento militar oficialmente implantado no extremo Oeste paraibano e que veio a se tornar o seu primeiro núcleo de povoamento” (SARMENTO, 2007, p. 16). O centro da administração do sertão estava, mesmo que *extralegalmente*,

na Povoação do Bom Sucesso (Pombal), a principal povoação do sertão colonial na Paraíba.

A Povoação do Bom Sucesso que se formou nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte, se tornou um núcleo do qual se originaram outros povoados. Passemos agora a analisar as redes de poderes que se formaram na sociedade sertaneja paraibana, pois assim como nas outras capitanias no processo de ocupação e conquista foram montadas por redes familiares e de compadrio para garantir a organização política local.

CAPÍTULO 03

OS PRINCIPAIS DA TERRA: ARRANJOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DO PIANCÓ

A América lusa vinda do Setecentos não era terra de ninguém. Na verdade, nesses trópicos já se tinha forjado uma sociedade estamental de Antigo Regime. E, mais, possuía uma nobreza ciosa de sua qualidade. (FRAGOSO, 2005, p. 143)

O terceiro capítulo é uma análise das fontes levantadas nos Livros de Notas, localizadas no Cartório I Ofício João Queiroga, na cidade de Pombal (PB). Apresentamos o trato do gado e o manejo das terras pelas famílias sertanejas, para uma melhor compreensão de como nesta sociedade estabeleceram-se alianças locais e de compadrio para obtenção/manutenção de vantagens. É preciso avaliar os bandos, juntamente com suas relações sociais e comerciais que mantiveram entre si e as que abrangiam outros lugares, caracterizando os traços culturais do período de formação dos sertões da Capitania da Parahiba.

3.1 A NOBREZA DA TERRA NAS CONQUISTA DO ULTRAMAR

As melhores famílias da terra eram produto das práticas e instituições e estiveram presentes na conquista, na administração real e na câmara municipal. Esses últimos mecanismos de acumulação de riqueza foram mais eficazes, pois permitiam a apropriação dos recursos excedentes de uma sociedade colonial em formação.

Evaldo Cabral de Mello (*apud* BICALHO, 2005) afirma que foi a partir do século XVII que os descendentes dos restauradores passaram a reivindicar o título de uma nobreza da terra. Para Mello a conquista de Pernambuco e a restauração do domínio holandês foram responsáveis pela formação da nobreza da terra naquela capitania.

Em Pernambuco, os senhores de engenho consideravam a luta e expulsão dos holandeses como uma Restauração, comparável da Restauração portuguesa em 1640. Por essa razão, autodenominavam-se os “restauradores”. Os descendentes desses senhores de engenho, por volta da segunda metade do século XVII, reivindicaram para si o estatuto de uma “nobreza da terra”. A restauração na América portuguesa tornou-se a bandeira das suas reivindicações junto à Coroa. Isso representava a distinção, visivelmente entre, aqueles que à custa de “sangue, vidas e fazendas” de seus ascendentes, enfrentaram os batavos na luta pela restituição da Capitania de Pernambuco à Coroa portuguesa, dos que chegaram depois para aproveitar-se da nova situação¹.

Bicalho (2005) aponta que o título de nobreza da terra não foi exclusivo de Pernambuco, também esteve presente em outras regiões da América portuguesa, constituindo mais uma característica da cultura política de Antigo Regime nos Trópicos.

De acordo com Fragoso (2011) a elite senhorial da sociedade colonial no Rio de Janeiro teve sua origem nos conquistadores e primeiros povoadores, que serviram ao rei se tornando funcionários régios e camaristas. Estes por meio de seus cargos e redes de alianças construíram engenhos e formaram a nova sociedade nos trópicos. Essa nobreza da terra de origem pobre tanto social como econômica transformaram-se nas melhores famílias da terra no Rio de Janeiro.

Não cabe aqui uma profunda discussão sobre a montagem da nobreza da terra no ultramar. Analisemos apenas os interesses de uma elite local e o poder central para uma melhor compreensão da constituição das redes familiares e comerciais nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte.

A monarquia portuguesa usava o sistema de mercês reais que reforçariam seu caráter corporativo, onde os encargos correspondiam a estrutura feudal corporativa do benefício. A prática das mercês era usada nas conquistas como uma forma de remuneração dos serviços prestados ao rei, portanto a concessão de mercês era apenas privilégio da aristocracia. Mas antigos soldados e pessoas não nobres podiam receber ofícios e serventias do monarca.

¹ Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A "Nobreza da Terra" e os Mascates. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/tema320.html>> Acesso em 10 de julho de 2013.

A diversidade sociocultural que os portugueses encontraram em sua faina colonizadora criou matizes e adaptações no aparato institucional e legal trasladado do reino, colorindo de tons específicos as mesmas instituições quando adaptadas à realidade das diferentes colônias (BICALHO, 2001, p. 193).

Segundo Nuno Monteiro (2007), o acesso aos ofícios da governança dependia dos contextos locais e não era uma via de recolhimento da nobreza em Portugal. Entretanto, a nobreza da terra exerceu na Câmara um lugar e veículo de nobilitação, de obtenção de privilégios e de negociação com o centro no desempenho do governo político do Império.

As Câmaras eram uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégios que permitia nobilitar os colonos, transformando-os em cidadãos. O acesso a seus cargos era disputado entre os grupos economicamente influentes nas localidades, pois além de um espaço nobiliárquico a Câmara era principalmente um espaço de negociação com a Coroa. A eficácia da ação da nobreza da terra nas conquistas se constituiu como agente de interlocução entre os interesses locais e o poder central.

A grande uniformidade institucional é uma das principais características da organização municipal de Portugal no Antigo Regime. Os Concelhos (unidades administrativas) eram dirigidos por uma Câmara, composta por um juiz-presidente que podia ser um juiz ordinário, eleito localmente ou um juiz de fora, nomeado pelo rei, dois vereadores e um procurador. Esses oficiais eram eleitos e confirmados pela administração central da Coroa ou pelo senhor da terra (BICALHO, 2011). Cada Câmara tinha sua própria composição política, econômica e social dentro da monarquia portuguesa no Antigo Regime.

Os cargos camarários eram disputados entre os grupos economicamente influentes nas localidades. As Câmaras se tornaram uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégios, isso levou os colonos a quererem participar do governo político do Império. Bicalho (2011) aponta que era preciso a existência de um pacto político entre a nobreza da terra e o monarca, pois só assim poderia se manter unido o Império e garantir a soberania portuguesa nas diferentes regiões do mundo. Esse pacto era justificado por uma espécie de direito de conquista.

O ato régio de conferir honras, cargos e privilégios têm sido analisados pela historiografia como elemento de uma “economia do dom”. Essa prática institucionalizada pelas monarquias da Europa do Antigo Regime, em outro estatuto e conhecida como economia política dos privilégios. Essa política de privilégios era legitimada pela troca de favores e, portanto, para a obrigatoriedade de sua retribuição.

No caso dos sertões da Capitania da Parahiba do Norte não encontramos na documentação trabalhada referência a uma “nobreza da terra” e a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó apenas ganhará uma Câmara em 1772, sendo que é elevada a categoria de Vila por carta régia desde 22 de julho de 1766, com o nome de Vila de Pombal. A sua instalação oficial só aconteceu em 4 de maio de 1772.

Contudo foram identificados na documentação os seguintes cargos militares e administrativos: juiz, tabelião, escrivão, capitão-mor, sargento-mor, alcaide-mor, alferes, mestre de campo e testamenteiro. Mesmo sendo os representantes reais, muitas vezes esses senhores se encontravam inseridos dentro das teias clientelares que envolviam esta sociedade sertaneja. A formação das redes familiares e de compadrio era uma das principais vias de readaptar o controle da Coroa. Este mecanismo presente no Brasil colonial se tornou uma via de sustentação do arranjo político local e de conservação de seus domínios (FRAGOSO, 2001).

No proceder do contato com as fontes podemos perceber, por meio da pena do tabelião, as relações de interesses que se estabeleciam na sociedade que se formava nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte. É relevante considerar na documentação a importância do papel do tabelião – representante da elite política e econômica do povoado. O tabelião recebia em seu escritório pessoas advindas de toda a jurisdição da Povoação de N. S. do Bom Sucesso do Piancó, a fim de lavrarem em notas suas referidas escrituras para que assim adquirissem legitimidade perante a lei.

O alferes Lourenço Alveres de Figueiredo e sua mulher Maria da Trindade, moradores na fazenda da Boa Vista, apareceram perante o tabelião, como vendedores de uma parte da Serra do Comissário, juntamente com o comprador Manoel José de Farias, morador na Casa Forte, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1787. O valor das terras era de 30.000 reis, mas vale ressaltar que no percurso do documento

fica claro que o real valor das terras era de 116.666 reis; contudo o comprador paga apenas a quantia de 50.000 reis e os vendedores deram plena e geral quitação de paga².

A partir desse fato podemos observar que entre essas pessoas poderia existir um forte laço de amizade (ou redes de compadrio ou parentais). No período colonial era comum a prática de beneficiar os amigos em acordos. Tal situação pode ser observada entre de Lourenço Alveres de Figueiredo e sua mulher Maria da Trindade (vendedores) e Manoel José de Farias (comprador), uma vez que o casal ao optar por receber uma quantia que não representava nem metade do verdadeiro valor das terras, que pertenciam ao falecido pai do alferes Lourenço, estava beneficiando o comprador que adquiriu a propriedade por um valor inferior ao que realmente valia.

Podemos destacar na documentação analisada o atendimento do tabelião e o arranjo das testemunhas. “Eu Tabelião ao diante nomeado vim e sendo [aqui] aparecerão perante mim partes presentes ortogantes³”. Foi notado que documentos consequentes são referentes à mesma localidade como exemplo o caso da Ribeira do Rio do Peixe. O tabelião João do Rego Barros recebia em seu escritório, em 1787, pessoas advindas da mesma localidade, a fim de lavrarem em notas suas referidas escrituras para que assim estas ganhassem legitimidade perante a lei. Além da repetição da localidade verifica-se também a repetição das mesmas testemunhas relativo as escrituras do mesmo lugar. Pode-se observar esta repetição nos documentos a seguir.

Na escritura de venda de terras no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do Rio do Peixe teve como comprador o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e como vendedor João Rodrigues Sarmiento, as testemunhas foram Manoel Meira de Conceição e Capitão Antônio Joséfurtado de Mendonça.⁴

² Cartório I Ofício “Cel. João Queiroga”. Livro de Notas de 1747. “Escritura de venda do valor de trinta mil reis nas terras da Serra do Comisario que forem do alferes Lourenço Alveres de Figueiredo e sua mulher Lourena Maria da Trindade a Manoel José de Farias”. 1787. fls. 15v.

³ Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747 “Escritura que faz o licenciado João Rodrigues Sarmiento e sua mulher Donna Francisca Bernardes de Sá ao Sargento mor José Francisco de Almeida da venda de setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reis na data de Santa Rosa no lugar de Posso da Pedra”. 1787. fl. 82v.

⁴ Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura que faz o licenciado João Rodrigues Sarmiento e sua mulher Donna Francisca Bernardes de Sá ao Sargento mor José Francisco de Almeida da venda de setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reis na data de Santa Rosa no lugar de Posso da Pedra”. 1787, fls. 82v.

Na escritura de venda de terras no Sítio do Curralinho na Ribeira do Rio do Peixe, o vendedor foi o Sargento mor João da Silva de Almeida de Sá e o comprador foi o Capitão Antônio José Furtado de Mendonça, teve como testemunhas José Gonçalves Reis Lisboa e José de Araújo Correa.⁵

Na escritura de doação de terras no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do Rio do Peixe que fez a viúva Maria de Sá a seu genro Francisco Tavares Benevides, teve como testemunhas José Gonçalves Reis Lisboa e José Antônio de Santa Rosa.⁶

Na escritura de venda de terras no Sítio da Cajazeira na Ribeira do Rio do Peixe, o vendedor foi o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e o comprador foi José Rodrigues Sarmiento, as testemunhas foram José de Araújo Correa que assinou pela vendedora Anna de Jesus e Maria, mulher o Sargento mor, pois não sabia escrever, Manoel Ferreira de Almeida e Sá e José Gonçalves Reis Lisboa.⁷

Foi observado na documentação relativa a Ribeira do Rio do Peixe o fato de além da repetição da localidade verifica-se também a repetição das mesmas testemunhas. Em três escrituras de venda e uma de doação de terras as mesmas testemunhas apareceram em todos os documentos. As pessoas que buscavam o tabelião com o objetivo de lavrarem uma escritura seriam as mesmas que iriam ser de testemunhas nas outras escrituras.

O licenciado João Antunes Ferreira e o Capitão José Manoel da Silva Meira ambos moradores na Villa de Pombal são nomes que aparecem como testemunhas na maioria da documentação referente ao ano de 1787, principalmente quando o autor da escritura não sabia ler e escrever. Supõe-se que esses homens eram uns dos poucos da Villa de Pombal que tinham domínio sobre a escrita.

⁵ Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de venda do valor de Cento e vinte e seis mil duzentos e quarenta e seis reis no Sítio do Curralinho da Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor João da Silva de Almeida e Sá e sua mulher Donna Anna (...) Pereira ao capitão Antonio Jose furtado de Mendonça”. 1787, fls. 83v.

⁶ Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de doação causa dotis que faz a viuva Donna Maria de Sá a seu genro Francisco Tavares Benevides de duzentos mil reis digo duzentos e setenta e dois mil reis oitocentos e sincoenta e sinco reis no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do rio do peixe”. 1787, fls. 81v.

⁷ Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de venda do valor cento e dezenove mil setecentos e quarenta reis no Sítio da Cajazeira na Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e sua mulher Donna Anna de Jesus Maria ao licenciado Jose Rodrigues Sarmiento como abaixo se declara”. 1787, fls. 84v.

Percebe-se também o fato de que o sargento-mor José Francisco de Almeida e Sá e o sargento-mor João da Silva de Almeida e Sá presentes nas escrituras possuem o mesmo sobrenome, ou seja, provavelmente pertencem à mesma família. Isso afirma a possibilidade da existência de uma economia do bem comum que beneficiava uma mesma família. Já que possuir o título de sargento-mor significava ser uma pessoa detentora de prestígio na região e o fato de na mesma família possuir vários títulos a tornava uma família influente e de certa forma lhe dava certo poder em relação às outras.

As redes de poderes na sociedade paraibana, assim como nas outras capitanias, formaram-se com a ocupação e a conquista, montadas por redes familiares e de compadrio para garantir a organização política. A família era considerada como uma unidade institucional e social, mantida por laços de sangue e de casamentos.

As alianças eram feitas por meio do casamento ou herança. Essa era a forma encontrada para garantir uma política de privilégios e uma poupança social. Foi através das relações de parentesco que essas famílias se organizaram economicamente e mantiveram uma tensa autoridade local por meio da ocupação de postos militares e cargos de confiança dos centros políticos. A partir dos dotes pode-se perceber o movimento da riqueza colonial por meio dos casamentos. Os laços estabelecidos entre as famílias pelo uso do casamento como um acordo se caracterizava na transferência de riquezas.

3.2 AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE INSERIDAS NAS TEIAS ECONÔMICAS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA PARAHIBA DO NORTE

3.2.1 AS IDAS E VINDAS NO TRATO DO GADO

No decorrer do século XVIII, os sertões e o trato de gado levaram muitas pessoas a adentrarem pelas ribeiras do rio Piranhas. Os sertões passaram a ser um lugar de oportunidade econômica para aqueles que não conseguiram se estabelecer e criar redes de compadrio no litoral. Os sertões, portanto, tornaram-se um lugar economicamente interessante e valoroso, pois representava uma possível transformação de condições sociais. Ao longo do Setecentos, passaram a chegar famílias que buscavam

terras para morar e criar seus gados, com a finalidade de alcançar melhores condições de vida, neste espaço chamado de sertão até então desconhecido e habitado pelo gentio.

De acordo com Ana Paula da Cruz de Moraes (2011), os sertões de Piranhas, além de terem uma cultura econômica baseada na criação de gados, também se tornaram um lugar de fuga, de desejos, de confrontos, de arranjos e rearranjos políticos e econômicos.

Durante o processo de conquista e manutenção dos novos territórios adquiridos, a Coroa portuguesa buscou ao máximo conservar o seu controle político e administrativo sobre a colônia: tanto nas grandes povoações do litoral, assim como nas povoações dos sertões. Não se pode desconsiderar o fato da existência de fortes laços entre as elites locais e os representantes reais. Para tanto, a metrópole utilizava-se de setores do seu corpo de poder.

A civilização do couro, como chama Capistrano de Abreu, estabeleceu-se por meio da criação do gado. O comércio do gado *vacum* predominou como atividade econômica nos sertões e acabou por consolidar uma sociedade baseada no pastoreio, bem distinta da sociedade açucareira.

Essa sociedade sertaneja era formada pelos seus conquistadores que foram se relacionando com o gentio, com a finalidade de utilizar o nativo como mão-de-obra. Além do índio que já se encontrava nos sertões, temos os desbravadores e os sesmeiros que se vincularam a estes senhores. Mas também temos na constituição da sociedade interiorana os sertanistas paulistas, os pobres e vadios das vilas açucareiras que combateram os “selvagens dos sertões” e escravo negro.

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos (ABREU, 1998, p. 114).

Kalina Silva (2010) aponta que a gênese da sociedade sertaneja esteve longe de depender apenas da população excedente da zona do açúcar. “A migração dos paulistas

e, principalmente, as culturas indígenas do semiárido, foram importantes fatores formadores dessa nova estrutura social”. (SILVA, 2010, p. 139)

A pluralidade na constituição da sociedade sertaneja torna-se notável. A grande saga sertaneja implicava em aventurar-se pelas veredas do interior, enfrentar os índios bravios, estabelecer-se na terra para requerer sesmaria, tornar a terra produtiva e protegida e por fim estabelecer currais para o gado.

À medida que o gado adentrava o interior, novas passagens e novos caminhos iam sendo trilhados. O gado era um importante produto do litoral ao sertão. Foram criadas novas estradas para a passagem do gado que vinham dos sertões para as feiras no litoral formando assim caminhos que ligavam os núcleos de povoamento do interior. Analisando o uso do couro do gado podem-se perceber muitos fatos da vida dos sertanejos. O couro era utilizado para quase tudo na vida dos sertões. De couro era

[...] a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1998, p. 135).

A atividade pastoril surge como extensão e expansão da economia canavieira que precisava de tração animal e de carnes para o provimento de seus agentes colonizadores. Leonardo Rolim (2012) aponta que na Vila do Aracati os criadores de gado passaram a enxergar desvantagens no comércio do gado vivo nas feiras e fazendas de engordo do litoral. As secas e a dificuldade de transporte fizeram com que diminuísse o valor do gado, menos sofrido e de melhor qualidade dos criatórios mais próximos como o caso do Rio Grande e Parahiba.

É comum na documentação trabalhada encontrarmos negociações da leva de gado, cavalos e de outros produtos para o litoral paraibano, Goyana (Capitania do Itamaracá), Capitania da Bahia, Capitania de Pernambuco e a região das minas (Minas Gerais).

Em 1741 Cosme Ferreira foi o responsável por uma partida de gado para ser vendida na Capitania da Bahia de Todos os Santos. O gado pertencia ao outorgante Patrício Francisco, morador na jurisdição da Povoação de N. S. do Bom Sucesso do Piancó. O outorgante não era um homem letrado⁸, mas se encontrava inserido dentro das redes comerciais que abrangiam os sertões da Capitania da Parahiba. Patrício Francisco, assim como outros agentes coloniais, procurou o tabelião para lavrar em notas sob a forma de uma procuração, o envio de seu gado por um procurador, com a finalidade de vendê-lo na Capitania da Bahia⁹. Registrar em notas era uma forma de garantir que o dinheiro da venda retornaria para o outorgante, uma vez que o trato comercial ficaria registrado em cartório daquele tabelião.

O então Tenente Coronel Frutuozo Barboza da Cunha no ano de 1741 encarregou a Miguel Barboza Pereira levar para as minas uma carregação. Vale ressaltar que Frutuozo Barboza da Cunha ocupou o cargo de juiz ordinário no Cartório do Piancó em 1740. Os papéis são lançados em notas do tabelião como uma forma de assegurar o trato feito com Ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza, o vaqueiro responsável pela leva de cavalos e de outros produtos.

Carregação como favor de Deos feita por mim Frutuozo Barboza da Cunha para as minas do ouro de setenta e dois cavallos a saber quarenta meos liquidos por minha conta e risco e assim mais nove de sargento mor Luiz Peixotto Viegas por sua conta e risco e assim mais oito do tenente João Luiz da Silva por sua conta e risco e assim mais tres do meo irmão Bento Barboza por sua conta e risco e assim mais sincoenta e hum couro de cabra e veado e duas arrobas de sera do sargento mor Luiz Peixotto Viegas por sua conta e risco.¹⁰

Notamos a presença de uma considerável quantidade de indivíduos envolvidos neste acordo. Além da clara relação entre Frutuozo Barboza da Cunha e seu irmão João Luiz da Silva, supomos que os outros dois outorgantes sargento-mor Luiz Peixotto Viegas e tenente João Luiz da Silva deveriam manter uma relação de amizade e

⁸ Quando o outorgante não sabia ler e escrever, uma das testemunhas presentes assinava o nome do outorgante colocando uma cruz na frente do nome.

⁹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Procu^{am} bas^{te} q faz o [...] Patricio Fran^{co}”. 1741, fls. 54.

¹⁰ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem^{to} do ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza da Cunha”. 1741, fls. 62.

compadrio, observe na citação que cada um envia os seus produtos “por sua conta e risco”, ou seja, mesmo com a nota lançada no livro do tabelião não existia uma garantia de o dinheiro da venda retornasse ao dono do produto. O vaqueiro encarregado de levar a mercadoria poderia ser assaltado nos perigos caminhos, ou ele próprio desviar os produtos, haveria infinitas possibilidades para o destino da carga.

Miguel Barbosa Pereira levou uma carregação¹¹ do capitão Manoel da Cunha de Carvalho para as minas gerais. Passado muito tempo e sem notícias da encomenda, o capitão lançou um papel de obrigação, para deixar em notas para que em todo o tempo a questão pudesse adquirir clareza. O Cap^a Manoel da Cunha de Carvalho para compensar o prejuízo que adquiriu enviou uma cópia do papel de obrigação para as minas, junto com carregação do Ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza da Cunha, e ofereceu uma recompensa a qualquer um que pudesse lhes dar notícia sobre o devedor Miguel Barbosa Pereira.

[...] pagarya o capitão Manoel da Cunha de Carvalho treze mil reis procedivos de hum cavallo que elle comprimento a meo contrato tanto em preso como em Bondade a qual quanto lhe pagarey a elle ou a quem este me mostra e por asim ser verdade lhe passei este por mim feito e asinado hoje terra nova nove de julho de mil setecentos e trinta e seis annos.¹²

As encomendas enviadas que ficavam sem notícias nem sempre representavam prejuízo total aos outorgantes. Mesmo sem notícias há muito tempo o dinheiro da venda do gado poderia retornar aos verdadeiros donos. Assim aconteceu com o ajudante Antônio Alves da Costa que teve depois de tempos notícias da sua encomenda. Da mesma forma que se lançava em notas a saída de produtos, também era feita em notas do tabelião a chegada do dinheiro da venda. Diz o ajudante Antônio Alves da Costa

Estou pago e satisfeito da quantia de quatrocentos e tantos mil reis ou o que na verdade constar de hua obrigação procedida de hua boyada de venda ao Ajudante Antonio Alves da Costa nas eras passadas para Pernambuco e sendo que appareça em tempo algum ou e mão de alguém não terá validade alguma por esta paga e satisfeito e ter recebido a sua conta em dinheiro portavel moeda corrente do nosso reyno

¹¹ Carregação era a palavra que significa a encomenda enviada por alguém.

¹² Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42, “Papel de obrig^{am} de Miguel Barboza Pr^a Lançado nesta notta a requerim^{to} do Cap^a Manoel da Cunha de Carvalho”. 1741, fls. 64.

passey este recibo de minha letra e asignal Povoação do Piancó hoje dezoito de outubro de mil setecentos e sessenta e seis¹³.

Na relação entre patrão-cliente, existe uma busca incessante de justiça. Se o subalterno está obrigado pela economia da gratidão a certa racionalização da troca, o detentor da carga também o está em virtude de se subordinar a uma economia do dom. Estas duas economias integram-se numa regra de troca de vantagens, onde “superior” e “inferior” eram obrigados a uma atitude de prestação mútua. Assim como a liberdade e a caridade, a gratidão era uma obrigação moral.

Frutuozo Barboza da Cunha fez questão de expressar sua confiança no vaqueiro, pois “como nele confio as minas do ouro ou a outra qualquer parte onde fasa negocio disporei a carregação a sima pello melhor preso que poder”¹⁴.

Cada cavalo de acordo com a nota valia treze mil reis e carregava no couro a marca a ferro de seu dono. Sendo assim, o tenente coronel Frutuozo Barboza da Cunha enviou quarenta cavalos “por preso de treze mil reis cada hum que importão quinhentos e vinte mil reis”; nove cavallos que eram do sargento-mor Luiz Peixotto Viegas “por preso de treze mil reis cada hum que importão cento e dezeseite mil reis”. O Sargento mor também enviou cinquenta couros, cabras e veados “por preso de trezentos e vinte cada hum que importão dezeseis mil trezentos e vinte reis e asim mais duas arrobas de sera por preso de oito patacas cada arroba que importão sinco mil cento e vinte reis”; oito cavalos do tenente João Luiz da Silva “por preso de treze mil reis cada hum que iam por tão cento e quatro mil reis”; dois cavalos de José de Mello “por preso de treze mil reis cada hum que importão vinte e seis mil reis”; e por fim tres cavalos de Bento Barboza “por preso de treze mil reis que importão trinta e nove mil reis.”¹⁵

Mesmo o cavalo tendo um preço estipulado, os outorgantes sabiam que ao produto chegar às minas a mercadoria poderia mudar seu valor. Neste caso ficava a cargo do vaqueiro Miguel Barboza Pereira vender os produtos pelo melhor preço encontrado. Além do pagamento pela leva da encomenda para as minas, o vaqueiro

¹³ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Documento lançado nesta notta a requerimen^{to} do Ajud^e An^{to} Als da Costa”. 1766, fls. 29v.

¹⁴ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requer^{to} do ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza da Cunha”. 1741 fls. 63.

¹⁵ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requer^{to} do ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza da Cunha”. 1741, fls. 62 e 62v.

poderia retirar do dinheiro da venda dos cavalos “os gastos mais particulares pello meyo e a sua importancia”¹⁶.

O ato de dar era uma estratégia de valorização social e política. Estratégia que por um lado escolhia os bens a serem dados e, por outro, cuidava para que além de se cultivar a relação de reciprocidade, de modo a prolongar a retribuição, também se investia no arranjo de uma dada reputação social. Uma vez que o benfeitor passaria a ser conhecido pela sua bondade, nas retribuições de favores.

3.2.2 O DIREITO SOBRE A TERRA: USOS E ABUSOS NO TRATO COM AS TERRAS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA PARAHIBA DO NORTE

No século XVIII era intenso o trato com as sesmarias da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte. Nos Livros de Notas sempre nos deparamos com documentos envolvendo compra, venda e doações de terras, que nos possibilitam uma melhor compreensão sobre este sistema de comércio. Dentre tantos documentos alguns em especial chamaram nossa atenção. Os documentos que se destacam servem para observarmos as relações de sociabilidade na Povoação do Bom Sucesso.

Nas vendas de terra era comum se priorizar membros da própria família, ou pessoas com as quais mantiveram redes de compadrio. Em 1766 o capitão Francisco Pacheco Lyra e sua mulher Joanna Maria de Lucena venderam um sítio de terras de criar gado chamado de Prazeres na Ribeira do Rio do Peixe ao seu cunhado o tenente Manoel Gonçalves de Carvalho, pois “elles haviam feito trato e sociedade como ditto o tenente”. O Cap^a Francisco Pacheco Lyra e sua m^{er} Joanna Maria de Lucena eram rendeiros destas terras, ao senhor da Casa da Torre, por serem arrendadores eles haviam “comprado o ditto sitio a senhora da Casa da Torre donna Ignacia de Araujo Pereira por escriptura publica.”¹⁷ No trato feito, o tenente ficava responsável por pagar metade de todas as despesas, desde sua parte na compra ao pagamento do lançamento da escritura.

¹⁶ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem^{to} do ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza da Cunha”. 1741, fls. 63.

¹⁷ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775. “Escriptura de declaração [...] e traspaso que Fazem o capitão Fan^{co} Pacheco Lyra e sua m^{er} Joanna Maria de Lucena da metade do sitio de terras de

O Ten^{te} utilizou a relação entre seu cunhado e a Casa da Torre em seu benefício. Contudo mesmo tendo pagado somente metade das despesas, o Ten^{te} Manoel Gonçalves desembolsou a quantia de duzentos mil reis com os gastos da compra das terras. Com duzentos mil reis, o tenente poderia adquirir aproximadamente quinze cavalos, ou cerca de cento e vinte e cinco cabeças de gado. Portanto mesmo sendo a metade das despesas os duzentos mil reis, representavam uma grande quantia de dinheiro. Fato que nos oferece uma noção dos bens desta família sertaneja.

O Ten^{te} Manoel Gonçalves e se tornou o proprietário das terras por meio da influência do capitão Francisco Pacheco Lyra e para validar a data e sesmaria requereram que “pello governador da cidade da Parahiba do Norte para melhor titulo e segurança da ditta terra em que tambem o ditto seo cunhado hávia do proprio com a mettade do dinheiro cuja datta haviam mandado confirmo-la a Portugal”.¹⁸ O documento nos mostra a influência que esta família exercia nos sertões da Capitania da Parahiba, esse acordo não foi uma transação qualquer, a compra das terras a Casa da Torre, além de ser confirmada pelo governador da Capitania da Parahiba do Norte, também teve sua validação confirmada pelo próprio rei em Portugal, oferecendo-nos uma dimensão do prestígio social que esta família era detentora.

As terras também eram usadas como dote. Assim o fez Diogo Nogueira Leitão, em 1766, a seu genro Manoel Vas Souto, morador na fazenda das Cajazeiras. O acordo matrimonial efetuado entre Diogo Nogueira e Manoel Souto constava que este receberia o dote depois de efetuado o casamento com a filha do primeiro, Micaella Maria do Carmo.

[...] o ditto dotador Diogo Nogueira dava como de facto logo deo ao ditto dotado seu genro Manoel Vas Souto para [...] encargo do matrimonio cem mil reis o sitio chamado Jatobâ da parte do nascente [...] em valor de cem mil reis e assim mais dava o negro Mateus com preço de oitenta e cinco mil reis dois bracetetes de cordão de ouro dos braços hum espadim de prata quarenta e hua cabeças de gados de toda a sorte dez bestas e hum cavallo o gado a mil e seiscentos reis cada

criar gados em igual parte chamado os Prazeres desta Ribeira do Rio doPeixe a seu cunhado o ten^e M^{el} Gls de Carvalho”. 1766, fls. 21v.

¹⁸ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775. “Escriptura de declaração [...] e traspaso que Fazem o capitão Fan^{co} Pacheco Lyra e sua m^{er} Joanna Maria de Lucena da metade do sitio de terras de criar gados em igual parte chamado os Prazeres desta Ribeira do Rio doPeixe a seu cunhado o ten^e M^{el} Gls de Carvalho”. 1766, fls. 21v.

cabeça e as bestas a dois mil e quinhentos reis cada besta entrando o cavallo no mesmo preço das bestas.¹⁹

O dote de Micaella Maria do Carmo era muito valioso, levando em consideração que nem seu pai, nem o seu marido possuíam títulos militares, demonstrando que não mantinham relações com o governo régio. Contudo o documento também serve de exemplo para compreendermos melhor o funcionamento dos casamentos nos sertões da Capitania da Parahiba. Mesmo sem manter vínculos por meio dos títulos com a Coroa, Diogo Nogueira Leitão era proprietário de bens estimados. Mas de onde veio essa riqueza?

Possivelmente de um casamento. Diogo Nogueira Leitão era administrador dos bens de sua mulher e com o falecimento dela foi realizado um inventário de seus bens, e além de terra, gados, cavalos, bestas, ouro, prata e dinheiro, Micaella Maria do Carmo levou para seu casamento “mais meya dúzia de colheres de prata cujo dotte promessa além do que tinha a ditta sua filha de herança de sua defunta may”²⁰. O cabedal de Diogo Nogueira Leitão provavelmente era proveniente da herança de sua defunta mulher. E da mesma forma que Diogo Nogueira se tornou um administrador de importantes bens adquirido através do matrimônio, o seu genro Manoel Vas Souto também estava por meio de um casamento se inserindo nas redes familiares e de compadrio que se estabeleceram na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso ao longo do Setecentos. Manoel Vas Souto ao realizar laços matrimoniais com Micaella Maria do Carmo estava se tornando detentor de uma grande riqueza, que da mesma forma que antes pertencia a seu sogro, futuramente pertenceria a seu genro.

A posse das terras era alvo de disputas familiares, entre membros ilustres na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. O sítio da Barra do Genipapo na Ribeira do Piancó, no ano de 1766, foi palco que uma cena peculiar nos sertões da Capitania da Parahiba. A viúva Josefa Mendes Moreyra do ajudante Manoel Pinto da Sylva, e seus filhos Manoel Pinto Carneiro, José do Espírito Santo e Bernardo Pinto da Sylva entraram em uma disputa com seu genro e cunhado tenente Antônio Araújo Filgueyra sobre as delimitações do Riacho dos Bois onde havia o Ten^{te} levantado

¹⁹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Escriptura de dotte que faz Diogo Nogr^a Leitão a seu genro Manoel Vas Souto”. 1766, fls. 26v.

²⁰ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Escriptura de dotte que faz Diogo Nogr^a Leitão a seu genro Manoel Vas Souto”. 1766, fls. 26v.

currais para o seu gado e construído uma casa. A viúva e seus filhos alegaram terem o direito sobre a terra e as queriam de volta, contudo o tenente não acatou os pedidos de sua sogra. Fato que provocou a ira Josefa Mendes Moreyra e de seus filhos que encontraram na demolição e queima dos currais e da casa a solução para a questão familiar.

Era comum nesta família a existência de certos atritos e “mal querenças que costumão haverem semelhantes contendas e queriam evitar disseram”²¹, mas a negação em devolver as terras a sua sogra, por parte do tenente Antônio Araújo Filgueyra gerou ainda mais rixa entre a família, fato que resultou na destruição dos seus bens na Ribeira do Piancó. Contudo depois do acontecido, e de

[...] haverem botado abaixo o dittos currais e queimado e logo pello ditto tenente Antonio Araujo Filgueira foi ditto que elle queria e era contente e estava pello conserto e compensação declarada pella ditta sua sogra e cunhados e que era contente não viriam estes obrigados a fazerem de novo os currais e casa que lhe haviam queimado.²²

A viúva Josefa Mendes Moreyra, e seus filhos Manoel Pinto Carneiro, José do Espírito Santo e Bernardo Pinto da Sylva foram perdoados em notas por terem demolido e queimado os currais de seu genro e cunhado tenente Antônio Araújo Filgueyra. O Ten^{te} perdoou e estabeleceu um trato amigável, neste o tenente Antônio Araújo se mudaria para outras terras que possuía e as terras em questão seriam devolvidas para sua sogra e cunhados sem perturbação alguma.

Percebemos na documentação proveniente dos Livros de Notas os mecanismos de trato com as terras na jurisdição da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. O comércio da venda de terras inseria as famílias sertanejas em redes de sociabilidades, que acabava por beneficiar os seus pares. As terras eram utilizadas como dote de casamento que também se tornava uma armação dominada pelos grupos sociais. E principalmente as terras eram alvo de disputas dentro dos próprios bandos.

²¹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Escriptura de tratto amigavel e composição que fazem a viuva Joseja Mendes Moreyra e seus filhos Manoel Pinto Carneiro e os mais abaixo nomeallos e assignados com o ten^{te} Ant^o Ar^e Filgr^{as}”. 1766, fls. 36v.

²² Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Escriptura de tratto amigavel e composição que fazem a viuva Joseja Mendes Moreyra e seus filhos Manoel Pinto Carneiro e os mais abaixo nomeallos e assignados com o ten^{te} Ant^o Ar^e Filgr^{as}”. 1766, fls. 36v.

3.3 “DOAÇÕES DE ESMOLA”: A HERANÇA PATERNA DO ALFERES THOMAS DENIS DA PENHA

Analisemos o papel desempenhado pelo alferes Thomas Denis da Penha, homem solteiro, morador no sítio de Santa Lucia na Ribeira do Sabugi sob a jurisdição da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no ano nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1740. Por meio deste caso particular e excepcional, buscamos entender como nesta sociedade sertaneja poderiam estabelecer-se alianças familiares e de compadrio para obtenção/manutenção de vantagens locais.

As redes familiares se formaram e consolidaram seus laços de compadrio na organização política local ao longo do século XVIII. Desde o período de conquista e ocupação essas alianças foram montadas como um negócio de família a fim de garantir sua permanência no controle do poderio local.

De acordo com Serioja Mariano, a família é uma instituição social baseada em laços matrimoniais e de sangue cujas “(...) alianças entre os proprietários de terra, se efetivavam pelo casamento ou herança, e a riqueza se constituía em um forte fator para a associação” (MARIANO, 2011, p. 13). A autora analisa a dinâmica da política na Paraíba relacionando a atuação das elites regionais e suas conexões no século XIX, mas para tanto se remete ao final do século XVII e início do século XVIII para reforçar que foram nestes períodos que as redes familiares e suas alianças de compadrio começaram a serem montadas.

As elites locais eram produto das práticas e instituições e estiveram presentes na conquista, na administração real e na Câmara Municipal (FRAGOSO, 2001). O casamento foi o principal mecanismo utilizado por essas famílias para a manutenção de seu *status quo*; a política matrimonial voltou-se para casamentos com seus parceiros sociais para facilitar as alianças políticas. Isso acarretou a instauração de *bandos* dentro de uma sociedade sertaneja em formação.

O casamento também se caracteriza como sendo uma estratégia para a manutenção de cabedais dentro da mesma família. Podemos perceber este arranjo parental em uma importante família baiana: a fuga de Isabel d’Ávila tornou-se um verdadeiro escândalo público para a época, pois Isabel era herdeira de uma das maiores fortunas da Bahia (PESSOA, 2008).

O coronel Francisco Dias d'Ávila comandava a Casa da Torre e administrava os bens da família no ano de 1678, já era um homem de idade e ainda se encontrava solteiro. A família naquele momento preocupava-se com o casamento das jovens herdeiras, pois não queriam dividir o seu cabedal, e por meio do casamento almejavam estreitar laços com outras famílias importantes. Mais relevante que os desejos de afeto, o casamento significava a garantia da preservação da Casa da Torre e as alianças de poder com outras famílias da elite local.

No momento de sua fuga, Isabel tinha menos de 25 anos e estava destinada a um casamento sob escolha dos pais; uma união sem afeto com seu tio, o coronel Francisco Dias d'Ávila. O casamento era um negócio, um dever para as gerações anteriores e futuras da família com o intuito de manter a fortuna e o prestígio da família. Tais casamentos montavam redes de poder familiar e o direito de sucessão dos bens implicava na manutenção e ampliação desse mesmo poder. Romper com esses ditames comprometia não apenas o patrimônio, mas também a respeitabilidade da família (PESSOA, 2008). Dessa forma, a fuga de Isabel com Manuel Pais da Costa, um indivíduo de poucas posses, colocou em xeque o patrimônio e a moral da Casa da Torre.

No período colonial, principalmente com o intuito de preservar e ampliar esse patrimônio,

[...] era exercido um rígido controle sobre o casamento dos filhos, condição essencial para garantir a composição e partilha de bens, evitando sua fragmentação e visando a sua ampliação, unindo famílias de grande fortuna, honra e posição. (PESSOA, 2008, p. 7).

A família Dias d'Ávila fez o possível para anular o casamento de Isabel. Certamente, caso a união matrimonial fosse anulada, a jovem seria mandada para um convento, fato que restituiria a honra da família. Entretanto, como o casamento não foi anulado na justiça se adotou a deserção de Isabel e de seus futuros descendentes.

Em contrapartida ao trágico desfecho da fuga de Isabel d'Ávila, temos na ribeira do Sabugi o caso do alferes Thomas Denis da Penha, homem solteiro, detentor de terras

e possuidor de bens, que deixou sua herança a herdeiros ilegítimos²³, já que o mesmo não se casou seguindo os ditames da Igreja. Em ambos os casos podemos perceber que as relações de afeto prevaleceram, mesmo tendo em vista a importância do compromisso que o casamento representava nesta sociedade formada aos moldes do Antigo Regime. Isabel d'Ávila e o alferes Thomas Denis da Penha optaram por viver suas respectivas relações de afeto, ao invés de dar continuidade às tradições familiares.

Vale ressaltar a preocupação de Thomas Denis da Penha em deixar em notas do tabelião a sua “doação de esmollas”, “visto não poderem serem os herdeiros em morte”²⁴ Percebemos aqui o desejo de um pai em deixar seus bens aos seus três filhos “meninos batizados por meus filhos Joanna[,] Micaella e Thomas filhos da parda Jeronima da Cunha”²⁵.

O alferes Thomas Denis da Penha não era casado, contudo teve três filhos com a mesma parda Jeronima da Cunha²⁶, provavelmente descendente de escravos; fato que nos leva a acreditar que mesmo não havendo a união religiosa por meio do casamento o alferes possuía uma união afetiva com esta mulher. A documentação não nos revela a idade dos três filhos, fato que nos impossibilita de estipular o quão duradoura poderia ter sido a relação entre o alferes e a parda.

A considerável herança deixada pelo alferes a seus filhos nos leva a acreditar que ele era uma importante figura na sua localidade, já que além das terras, também possuía gado, cavalos e escravos. O alferes representava, portanto, um destacado papel dentro desta sociedade sertaneja. Na doação consta entre seus bens imóveis o de “hum citio de terras chamado Raposas na Ribeira do Seridó”²⁷, bem como mais uma sesmaria²⁸ de localização indefinida na documentação.

²³ Utilizamos aqui o conceito de herdeiros ilegítimos tomando por base que o dito alferes Thomas Denis da Penha não teve seus filhos dentro da instituição do sagrado casamento estipulado pela Igreja.

²⁴ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fl. 10.

²⁵ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fl. 08.

²⁶ A fonte não faz referência do lugar social à qual pertencia Jeronima da Cunha, apenas especifica que ela é a mãe dos três filhos do alferes.

²⁷ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fl. 10.

²⁸ Sesmarias eram concessões de terra feitas a particulares, mas a posse da propriedade continuava sendo do Rei. Cada colono deveria tornar a terra produtiva fosse pelo cultivo da cana-de-açúcar, gêneros alimentícios ou com a criação do gado. (ROLIM, 2012).

Entretanto, em 1741 o capitão Geraldo Ferreira Neves faz uma doação para suas sobrinhas Antonia e Maria, filhas de seu irmão, “de hum citio de terras de criar gados chamado Santo Antonio citio na ribeira do rio Capauã”.²⁹ Por coincidência para a pesquisa, a largura voltada ao oriente do dito sítio fazia fronteira com as terras do alferes Thomas Denis da Penha. Consideramos que a sesmaria deixada pelo alferes, cuja localização não consta na fonte, sejam estas terras localizadas na proximidade da ribeira do rio Capauã.

A má conservação do documento não nos possibilita saber ao certo todos os bens deixados pelos alferes, mas a fonte nos dá uma dimensão da sua considerável fortuna deixada aos seus filhos, “lhes faço senhores da dita esmolla pelo amor de Deus lhes faço por esta ser minha ultima vontade e não ter outros herdeiros por ser solteiro livre”³⁰.

[...] esta he minha vontade e por conhecer a saber serem meus filhos asim mais [deixo] a minha filha Joanna duas egoas e huma duzia de vacas para ajuda de seo dotte e a Micaella uma egoa e mais duzia de vacas e a Thomas huma egoa [e] mais duzia de vacas.³¹

Acreditamos que pelo fato de Jeronima ser uma “parda”, ou seja, ser uma mulher de cor, de alguma forma foi impossibilitado o casamento entre eles. Contudo, mesmo sem a benção da Igreja, o alferes não deixa seus filhos desamparados. No caso de sua morte ele nomeia procuradores para cuidarem dos interesses de seus filhos.

Que este dia estando em meu juizo perfeito sem contradição nem obrigação de pose algua se não por minha vontade livre e dezempedida faço lhe a elles esmola pelo amor de Deus amor visto não poderem serem os herdeiros em morte lhe faso a elles esmola³²

²⁹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Escriptura de doação que faz o capitão Geraldo Ferreira Neves as suas sobrinhas Antonia e Maria filhas de seo irmão Luis Ferreira das Neves de hum citio de terras de criar gados chamado Santo An¹⁰ na Ribeira do rio Capauã”. 1741, fl. 66.

³⁰ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fl. 10v.

³¹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fl. 10.

³² Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fl. 10.

Os procuradores deveriam a partir da renda do sítio manter a alimentação das crianças³³, bem como buscar uma ama para cuidar de seus filhos, caso lhes faltasse criação. Consideramos aqui que a falta de criação deva ser da ausência da mãe das crianças. O teor do documento no leva acreditar que todos os três filhos do alferes ainda são menores de idade, já que os menos necessitam da presença de uma ama e de procuradores para administrarem seus bens.

A mais velha, Joanna – receptora do dote –, foi incumbida de cuidar dos mais novos. Aos procuradores foi dada a tarefa de ficarem responsáveis pelas crianças. Caso Joanna não viesse a se casar, o seu dote viria a ser repartido entre os seus irmãos.

Podemos perceber por meio da fonte que a filha mais velha era Joanna, já que a mesma recebeu um maior número de bens moveis que os outros dois irmãos. O excedente de benefícios se explica devido à necessidade de um dote para que Joanna pudesse casar. Quando mais valioso for o dote maior será a possibilidade de a moça conseguir um bom casamento com um homem de prestígio social.

Os casamentos passaram a ser usados como um mecanismo de garantia da hegemonia da nobreza da terra sobre a sociedade colonial. E a partir dos dotes pode-se perceber o movimento da riqueza colonial, pois por meio dos casamentos ocorriam os vínculos entre as famílias que se caracterizava na transferência de cabedais.

Concluimos que os laços familiares se estabelecem mesmo sem a presença do mecanismo do casamento. O alferes era homem com propriedades e bens que não buscou por meio dos laços matrimoniais ampliar ainda mais seu poder e sua fortuna. Viveu sua vida com mulher “parda” que não possuía bens e títulos, com ela teve três filhos para os quais deixou como herança seus bens, e mesmo com sua morte deixa procuradores para cuidarem do bem estar de seus filhos e não lhes deixar faltar nada. O alferes teve o cuidado de registrar em notas do tabelião a sua livre vontade para que esta fosse cumprida sem contestação alguma.

Para além dos laços afetivos, inquietação do alferes Thomas Denis da Penha em deixar em notas do tabelião sua doação a seus filhos, também mostra a importância de

³³ Não identificamos no documento a idade de cada um dos filhos do alferes Thomas Denis da Penha. Utilizamos crianças para se referir aos filhos do alferes, por este ainda precisarem da presença de uma ama.

salvaguarda a futura participação de seus três herdeiros dentro deste arranjo político e econômico nesta sociedade sertaneja em formação no século XVIII. Ao tornar seus filhos detentores de bens, o alferes esta ao mesmo tempo abrindo um espaço para que seus filhos venham a fazer parte de uma rede clientelar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma tarefa muito penosa concluir um texto, afinal sabemos que ainda a tanto a ser dito sobre os sertões da Capitania da Parahiba do Norte no Setecentos. No início do levantamento bibliográfico para a pesquisa eram escassos os trabalhos específicos sobre a Paraíba nesse período, contudo foi notado no decorrer da pesquisa o surgimento de novos trabalhos acadêmicos, recém defendidos em Programas de Pós-Graduação do estado paraibano e vizinhos, relacionados ao estudo dos sertões das Capitâneas do Norte, fato este que veio a beneficiar ainda mais este trabalho.

Até pouco tempo a historiografia clássica ditava a história colonial da Paraíba. O IHGP era o centro de referência das produções historiográficas sobre a Paraíba. Vimos no primeiro capítulo o momento de criação do Instituto paraibano, em 1905 a República ganha a vez, o Brasil estava firmando sua identidade, a história bem vista era aquela se vinculasse as províncias a um plano maior: a história nacional. Neste sentido o IHGP priorizou nos seus periódicos a Paraíba republicana, o período colonial ficou em segundo plano. Falar da Capitania da Parahiba era relembrar um passado submisso ao governo de Pernambuco. Tornar a Paraíba alvo de orgulho para a nação era preciso antes de tudo se desvincular deste passado vergonhoso, e priorizar a república tão importante para a nação.

A historiografia clássica sobre o período colonial dos sertões paraibano é voltado para imagem de famílias importantes, sempre conectadas ao governo. Fato que demonstrava o interesse do governo português nos sertões e ainda enaltecia a figura dos grandes heróis da conquista. O método historiográfico seguido pelos membros do instituto estuda os grandes eventos, os heróis nacionais, representantes de um “povo” resultante do desejo das elites e dos políticos.

Ao analisar os membros do IHGP é preciso entender que esses autores estavam inseridos em um *lugar social*, no qual a alcance de uma corrente historiográfica tradicionalista e metódica, dita “positivista”, delinearam os caminhos válidos a serem seguidos para a construção da escrita da História ao longo do século XIX e inícios do século XX.

No segundo capítulo analisamos o funcionamento da administração portuguesa, a Coroa se empregava o seu corpo burocrático para manter o controle político e

administrativo sobre as possessões ultramarinas, simultaneamente o sistema de sesmarias era dominado por grupos de famílias que acabavam por favorecer o fortalecimento do domínio do poder local. Os homens que se aventuravam nos conflitos contra o gentio dos sertões almejavam obter títulos e mercês, além de terem a possibilidade de ascenderem socialmente por meio de seus feitos na aquisição e proteção das novas áreas conquistadas. A povoação local montava estratégias para se adaptarem a administração imposta pela Coroa que era em muitos casos aceita pelo próprio governo régio. A Coroa apoiava, mesmo que muitas vezes indiretamente, essa adaptação à realidade local, pois as leis pensadas no reino não se adequavam perfeitamente as possessões ultramarinas e as necessidades regionais.

Os sertões eram considerados os espaços até então ditos como desconhecidos. As áreas do interior distantes do litoral civilizado. Por isso era preciso que essa terra fosse colonizada. Optamos neste trabalho utilizarmos a palavra “sertões” em vez que “sertão”. Consideramos que o conceito de “sertões” seja mais apropriado para nos referimos ao interior da Capitania da Parahiba do Norte no século XVIII, uma vez que todo o interior era conhecido no litoral como sertões.

Devem-se considerar as disputas e vivências nesse espaço que estava em permanente transformação, pois a mobilidade da população na América portuguesa era relevante. Na maioria dos casos os homens iam pra os sertões com o intuito de conseguirem mercês, títulos militares e sesmarias. Os conquistadores obtiveram benesses em troca de seus serviços prestados na guerra contra o gentio. Como de costume, no Antigo Regime o monarca ou os governadores das capitânicas concediam aos conquistadores de merecimento e que houvessem prestado seus serviços a Coroa regiões despovoadas e desconhecidas para que nelas instalassem a agricultura e criassem seu gado. Também era comum a concessão de títulos militares como os de sargento-mor e capitão-mor.

A construção do Arraial de Piranhas teve um importante papel durante a Guerra dos Bárbaros, o arraial serviu como um posto militar. Ao final do conflito com o índio veio a se tornar uma povoação. A chegada do gado, a principal atividade econômica da região foi um fator contundente no processo de povoamento do sertão paraibano.

No terceiro e último capítulo apresentamos a análise das fontes levantadas nos Livros de Notas, localizadas no Cartório I Ofício João Queiroga, na cidade de Pombal

(PB). As redes de poderes que se formaram na sociedade sertaneja paraibana, assim como nas outras capitanias no processo de ocupação e conquista foram montadas por redes familiares e de compadrio para garantir a organização política. Consolidou-se uma política de privilégios na sociedade sertaneja presentes nas ações dos bandos, na existência de fortes laços entre as elites locais e os representantes reais, juntamente com suas relações sociais e comerciais que mantiveram entre si e as que abrangiam outros lugares, caracterizando os traços culturais do período de formação dos sertões da Capitania da Parahiba do Norte.

Nesta análise histórica buscamos apresentar por meio das fontes cartoriais o sistema de benesses, bem como as redes familiares que se formaram nos sertões da Capitania da Parahiba. Por meio da documentação podemos ter uma melhor noção de quais eram os principais grupos familiares que se formaram na Povoação do Bom Sucesso na Ribeira das Piranhas. Pelas suas especificidades eram famílias detentoras de bens tais como: terras, gados, cavalos, ouro, etc. além de que também detinham cargos administrativos na Povoação do Piancó. O estudo das fontes cartoriais buscou aprofundar a complexidade da dinâmica social que se formou nos sertões da Paraíba colonial. Dentre tantos documentos, foram utilizados os que se destacaram por sua especificidade em relação ao contexto abordado no estudo em questão.

Por meio da pena do tabelião, as relações de interesses que estabeleceram na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso iam se fixando nos papéis dos Livros de Notas a intenção de regularizar perante a lei as vontades de seus outorgantes. Os documentos revelam as dinâmicas comercial e social no interior das Capitanias do Norte e, até mesmo, de outras regiões do Brasil colonial, onde habitavam sujeitos históricos que durante o Setecentos viveram intensas experiências.

Esta pesquisa buscou, assim, ampliar os estudos sobre os sertões da Capitania da Parahiba no século XVIII. É importante destacar a importância dos Livros de Notas, do Cartório do Piancó, na cidade de Pombal (PB), para uma melhor compreensão dos arranjos econômicos e sociais que se formaram na Povoação do Bom Sucesso. Esta documentação não é desconhecida e, em parte, tampouco inédita. Desde inícios do século XX pesquisadores se dedicam ao estudo destas fontes. E é crescente o número de estudiosos que atualmente vem se dedicando a análise dos sertões das Capitanias do Norte.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

JÔFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócio do Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba – 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

MAXELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

MORAES, Ana Paula da Cruz de. **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas (1700-1750)**. João Pessoa: EDUFPB, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras.** A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra:** Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História territorial da Parahyba.** 2 ed. (fac-similar). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982. 2 v.

CAPÍTULOS DE LIVRO

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. pp. 51-68

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e Historiografia. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares (Orgs.). **Optima Pars:** Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. pp. 73-97.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história.** 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 65-119.

FRAGOSO, João. Um mercado dominado por ‘Bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra no Rio de Janeiro seiscentista. In: SILVA, F. C. T da; MATTOS, H. & FRAGOSO, J. **Escritos sobre História e Educação.** Homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, pp. 247-288.

FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares (Orgs.). **Optima Pars:** Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. pp. 133-168.

PORDEUS, Terezinha. A segunda conquista da Paraíba: o Sertão. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). **Capítulos da História da Paraíba.** Campina Grande: Grafset, 1987. pp. 161-164.

MORAES, Ana Paula da Cruz de. Nas veredas do Sertão de Piranhas (século XVIII). In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antonio Clarindo (orgs.). **Cultura e Cidades**. Campina Grande: EDUFPG, 2009. pp. 253-275.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Redes Clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. pp. 381-393. Vol. 4.

DISSERTAÇÕES

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d’El Rey**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730). Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Concurso de Livre Docência), Unicamp, Campinas, 2011.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial**: Pombal e Sousa, 1697-1800. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOARES, Maria Simone Morais. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Departamento de Arquitetura e Urbanismo de Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

ROLIM, Leonardo Cândido **“Tempo das carnes” no Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de santa cruz do Aracati (c.1690-c.1802).

Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MONOGRAFIA

COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista**: a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (163-1730). Monografia (Bacharel em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ARTIGOS/REVISTAS/OUTROS

BICALHO, Maria Fernanda. **Conquista, Mercês e Poder Local**: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n° 02, 2005, p. 22. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos**: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista brasileira de História*. [online]. 2001, vol.21, n.40, pp. 59-82. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a04v2140.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1988, P.5-27. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a04v2140.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

JÚNIOR, Carlos F. de Araújo. OLIVEIRA. Liélia Barbosa. **Horácio de Almeida**: seu lugar (social) e sua história. In: XIII Encontro Estadual de História. Guarabira, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20-%20Li%C3%A9lia%20Barbosa%20Oliveira%20e%20Carlos%20F.%20de%20Ara%C3%BAjo%20J%C3%BAnior%20TC.PDF>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Família e Relações de Poder na Capitania da Paraíba**: o Governo de Jerônimo de Melo e Castro (1764-1797). *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. **Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840)**. *Saeculum - Revista de História* [24]; João Pessoa, jan./jun. 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense*.SP, nº 5, maio de 2007, pp 55-66.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **A fuga de Isabel**: herança e poder na Bahia colonial. Anais do II Encontro Internacional de História Holonial. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. **A "Nobreza da Terra" e os Mascates**. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/tema320.html>> Acesso em 10 de julho de 2013.

Revista do Instituto histórico e Geográfico Paraibano. Ano I, vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1909.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800**. In: *Revista Brasileira de História*. V. 18, n. 36. São Paulo: 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 10/02/2013.

SITES

<http://sertaocoloniapb.com.br.s3-website-sa-east-1.amazonaws.com/>

<http://www.ihgb.org.br/>

<http://www.ihgp.net/>

OBRA DE REFERÊNCIA

BLUTEAU, Raphel Pe. Vocabulario Portuguez e Latino. UERJ: 500 anos do Brasil. CD-Rom.

FONTES MANUSCRITAS

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Escritura de doação que faz o capitão Geraldo Ferreira Neves as suas sobrinhas Antonia e Maria filhas de seu irmão Luis Ferreira das Neves de hum citio de terras de criar gados chamado Santo An^{to} na Ribeira do rio Capauã”. 1741, fls. 65v, 66, 66v e 67.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requiren^{to} do Alferes Thomas Denis da Penha”. 1740, fls. 8, 8v, 9, 9v, 10 e 10v.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requiren^{to} do ten^{te} C^{el} Frutuozo Barboza da Cunha”. 1741, fls. 61v, 62, 62v, 63 e 63v

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42, “Papel de obrig^{am} de Miguel Barboza Pr^a Lançado nesta notta a requerim^{to} do Cap^a Manoel da Cunha de Carvalho”. 1741, fls. 63v e 64.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de doação causa dotis que faz a viuva Donna Maria de Sá a seu genro Francisco Tavares Benevides de duzentos mil reis digo duzentos e setenta e dois mil reis oitocentos e sincoenta e sinco reis no Sitio de Santa Rosa na Ribeira do rio do peixe”. 1787, fls. 81v, 82 e 82v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura que faz o licenciado João Rodrigues Sarmiento e sua molher Donna Francisca Bernardes de Sá ao

Sargento mor José Francisco de Almeida da venda de setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reis na data de Santa Rosa no lugar de Posso da Pedra”. 1787, fls. 82v, 83 e 83v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de venda do valor de Cento e vinte e seis mil duzentos e quarenta e seis reis no Sítio do Curralinho da Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor João da Silva de Almeida e Sá e sua mulher Donna Anna [...] Pereira ao capitão Antonio Jose furtado de Mendonça”. 1787, fls. 83v, 84 e 84v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de venda do valor cento e dezenove mil setecentos e quarenta reis no Sítio da Cajazeira na Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e sua mulher Donna Anna de Jesus Maria ao licenciado Jose Rodrigues Sarmento como abaixo se declara”. 1787, fls. 84v, 85 e 85v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de doação causa dotis que faz a viuva Donna Maria de Sá a seu genro Francisco Tavares Benevides de duzentos mil reis digo duzentos e setenta e dois mil reis oitocentos e sincoenta e sinco reis no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do rio do peixe”. 1787, fls. 81v, 82 e 82v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura que faz o licenciado João Rodrigues Sarmento e sua mulher Donna Francisca Bernardes de Sá ao Sargento mor José Francisco de Almeida da venda de setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reis na data de Santa Rosa no lugar de Posso da Pedra”. 1787, fls. 82v, 83 e 83v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de venda do valor de Cento e vinte e seis mil duzentos e quarenta e seis reis no Sítio do Curralinho da Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor João da Silva de Almeida e Sá e sua mulher Donna Anna [...] Pereira ao capitão Antonio Jose furtado de Mendonça”. 1787, fls. 83v, 84 e 84v.

Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, “Escritura de venda do valor cento e dezenove mil setecentos e quarenta reis no Sítio da Cajazeira na Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e sua mulher Donna

Anna de Jesus Maria ao licenciado Jose Rodrigues Sarmiento como abaixo se declara”. 1787, fls. 84v, 85 e 85v.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775. “Carta de datta e sesmaria de terra lavrada nesta notta a requerimento de Ant^o Dias Ferreyra”. 1766, fls. 14, 14v, 15, 15v, 16.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775. “Escriptura de declaração [...] e traspaso que Fazem o capitão Fan^{co} Pacheco Lyra e sua m^{ef} Joanna Maria de Lucena da metade do sitio de terras de criar gados em igual parte chamado os Prazeres desta Ribeira do Rio do Peixe a seu cunhado o ten^e M^{el} Gls de Carvalho”. 1766, fls. 21, 21v e 22.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Escriptura de dotte que faz Diogo Nogr^a Leitão a seu genro Manoel Vas Souto”. 1766, fls. 26, 26v e 27.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Documento lançado nesta notta a requerimen^{to} do Ajud^e An^{to} Als da Costa”. 1766, fls. 29v e 30.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1775, “Escriptura de tratto amigavel e composição que fazem a viuva Joseja Mendes Moreyra e seus filhos Manoel Pinto Carneiro e os mais abaixo nomea-los e assignados com o ten^{te} Ant^o Ar^e Filgr^{ab}”. 1766, fls. 36, 36v e 37.